

- editado por Maria Leonor Carvalho Buescu, Lisboa 1992. Este texto, escrito entre 1649 e 1664, foi publicado pela primeira vez em 1718.
47. John Hemming, "Indians and the Frontier", em Bethell, ed., *Colonial Brazil*, Cambridge 1987, pp. 145-89 (pp. 176-8).
48. Citado em Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, p. 259.
49. Antônio Vieira, *Obras Completas de Padre Antônio Vieira, Sermões*, 15 vols., Porto 1907-09, XII, pp. 301-34. Tradução para o inglês em Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 163-74. Ver também Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, pp. 95-7, 101, 125-9.
50. Seymour Drescher, "The Long Goodbye", em Gert Oostindie, ed., *Fifty Years Later*, Londres 1996.
51. Israel, *The Dutch Republic*, pp. 799-809.
52. Ernst van den Boogaart, "West African Trade, 1600-1690", *Journal of African History*, vol. 22, n.º 3, 1992, pp. 378-9. Boogaart desenvolve os valores do tráfico de escravos citados em David Eltis, "Trade between West Africa and the Atlantic World before 1870", *Research in Economic History*, vol. XII, 1989, pp. 197-239.
53. Richard Price, *First Time: The Historical Vision of an Afroamerican People*, Baltimore, MD 1983, pp. 51-2, 70-72; Richard Price, *Guiana Maroons*, Baltimore, MD 1976, pp. 23-4; Natalie Zemon Davis, *Women on the Margins: Three Seventeenth Century Lives*, Cambridge, MA 1995, pp. 174-5.

COPILADORA Nº	PROF. MAXIMILIANO
CURSO: NISOMIA	meduno
DISC:	
ENTR: 02	08/12/2010
QUANT:	

BLACKBURN, R. A construção do Enxada-
vime no movimento mundial. RJ, Record,
2003.

— VI —

A formação da escravidão colonial inglesa

Cresci e multipliquei-vos, enchei e dominei a terra. Dominei sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na face da terra.

Gênesis 1:28

Nas tardes de domingo, eles fazem sua música, que é de tambores de vários tamanhos; no maior toca o melhor dos músicos; e os outros fazem como um coro: o tambor, todos sabem, tem apenas uma nota; e assim a variedade de canções tem pouco a ver com esta música; e ainda assim eles variam de modo tão estranho o seu ritmo, que ela é um prazer para os ouvidos mais curiosos; e foi para mim um dos sons mais curiosos que já ouvi feitos de uma só nota.

Encontrei este negro (...) que tomava conta do bosque, sentado no chão, e diante dele um pedaço grande de madeira, sobre o qual ele havia cruzado seis varetas e tendo um serrote e uma machadinha a seu lado, cortava as varetas, aos pouquinhos, até que elas ficassem afinadas em notas, ele as cantava também; pois quanto mais curtas ficavam, mais agudas as notas que ele testava batendo na ponta das varetas. (...) Quando o encontrei assim, tomei a vareta de sua mão e testei o som, descobrindo que as seis varetas tinham seis notas distintas, uma mais aguda que a outra, o que me deixou maravilhado. (...)

Apesar de haver uma marca imposta a essas pessoas, que dificilmente será apagada, como se fosse de suas crueldades quando estavam em varagem, e de sua covardia e falsidade; mas nenhuma regra é geral, e sim tem suas exceções; pois creio, e tenho fortes motivos para ser desta opinião, que há pessoas tão honestas, fêis e justas entre eles como entre as gentes da Europa, ou de qualquer parte do mundo.

Richard Ligon, *A True and Exact History of Barbados* (1657)



Richard Ligon, Mapa de Barbados (*A Map of Barbados*, 1657, Biblioteca Britânica)

Em 1594, num espetáculo apresentado ao rei Jaime VI da Escócia, posteriormente Jaime I da Inglaterra, um “negro-mouro”, “muito ricamente trajado”, fingia puxar um carro no qual havia uma mesa coberta com uma cornucópia de doces, confeitos e frutas da terra, cercada pelas deusas da Fecundidade, da Abundância e similares. O africano que puxava o carro, ajudado por um “comboio oculto”, estava no lugar de um leão que fora considerado perigoso demais para o papel. Este quadro, apresentado com variações em eventos como as festas do Lord Mayor de Londres no século seguinte, ilustra perfeitamente a ideia da dinastia Stuart de que os negros eram um tipo de fera esplêndida nas selvas, que poderia ser dominada para extrair as riquezas da terra tropical.¹ Mas, assim como os futuros súditos ingleses de Jaime iriam desafiar a proibição do fumo, a dinâmica do comércio das *plantations* iria frustrar as esperanças reais de que esta atividade impulsionaria o poder da Corte.

O sucesso inglês na criação de colônias de *plantation* nas Américas no século XVII dependeu de forma decisiva do fato de que a própria Inglaterra estava se transformando no maior mercado europeu de fumo, açúcar, algodão, corantes e especiarias; os mercadores que puderam adquirir estes produtos em suas próprias *plantations* foram capazes de sobrepujar os fornecedores estrangeiros, atender a crescente demanda doméstica e até mesmo desafiar o comércio atacatista holandês. Por sua vez, o florescente mercado inglês refletia a disseminação das relações sociais capitalistas, com um número cada vez maior de trabalhadores vendendo o seu trabalho em troca de algum tipo de pagamento. A transformação capitalista da agricultura ajudou de outra forma decisiva a colonização ao estimular e permitir o êxodo do campo, fornecendo pelo menos alguns emigrantes com as características necessárias para o empreendimento colonial. As *plantations* inglesas nas Américas precisavam tanto de colônios quanto de capitalistas.

Embora os escravos africanos ainda fossem se tornar a mão-de-obra predominante das *plantations*, houve um período variável de vinte a oitenta anos no qual servos ingleses povoaram as colônias de *plantation* e constituíram a principal força de trabalho. Os corsários predatórios e glamourosos do século XVI, que atacavam navios espanhóis e portugueses, fizeram fortuna às vezes, mas não conseguiram fundar colônias permanentes. Hawkins, Drake, Gilbert e Raleigh experimentaram o tráfico de escravos e a colonização, mas pertencem à pré-história do colonialismo inglês. Embora os corsários praticassem o contrabando, sua ganância de ouro e preferência pelo butim eram inimigas do comércio regular. A colonização era uma tarefa árdua, que exigia apoio profundo dos mercadores e a habilidade de atrair o tipo certo de emigrante. Os problemas que envolveram Villegaignon no Brasil, princi-

pelmente aqueles gerados pela impossibilidade de fazer os ameríndios se comportarem como camponeses conquistados, também atormentaram as tentativas inglesas, como a de estabelecer uma colônia inglesa em Roanoke.

Apesar de repetidos fracassos, o impulso aventureiro colonial continuou forte no meio da aristocracia dos caçadores ingleses de fortunas. O aumento do preço dos arrendamentos e o subemprego dos membros mais jovens das classes proprietárias de terras fizeram com que alguns deles tivessem recursos materiais para suportar os pesados gastos iniciais de um navio oceânico e um estoque de filhos e primos mais jovens para comandar. Se houvesse perspectivas de comércio, seria possível convencer mercadores a colaborar com o financiamento da colonização. Mas os projetos de colonização bem-sucedidos iam exigir algo mais: o apoio de milhares — até mesmo dezenas e centenas de milhares — de colonos preparados para trabalhar: agricultores, artesãos e trabalhadores braçais, capazes de encontrar um patrocinador que pagasse parte dos custos de instalação no Novo Mundo. As colônias que fracassaram tinham uma proporção alta demais de aventureiros nobres, caçadores insaciáveis de fortunas ou gente sem o talento ou a dedicação necessários.

Os corsários abriram caminho para as futuras colônias ao criar o mito heróico da colonização, ao mapear os pontos fortes e fracos do poder espanhol e ao identificar as mercadorias que poderiam ser adquiridas e produzidas nas Américas. Na Inglaterra, principalmente no West Country, a pirataria atingiu seu ápice no final do século XVI e início do XVII. Além das duas grandes frotas de Drake, 183 outros navios ingleses, navegando em 74 missões isoladas, foram despachados para as águas do Caribe entre 1585 e 1603. A quantidade de peles, anil, pérolas, fumo, açúcar, sal e outras mercadorias que trouxeram de volta foi adquirida como contrabando ou *rescate* e como butim. A chegada da paz entre Inglaterra e Espanha em 1604 significou o fim do patrocínio oficial aos piratas, mas havia um interesse vivo e permanente em abrir o Novo Mundo ao comércio e à colonização ingleses.

Em 1604, e outra vez em 1614, nada menos que um terço dos membros da Câmara dos Comuns estava envolvido em projetos coloniais de um ou outro tipo, embora neste campo ariscado a maioria tenha optado por um investimento prudentemente modesto. Os grandes custos iniciais costumavam ser divididos entre vários participantes e acionistas. Os nobres aventureiros e seus patrocinadores comerciais ainda esperavam encontrar minas de ouro, mas dedicavam-se ao contrabando, e até mesmo ao cultivo, para conseguir algum retorno imediato. Primeiro tentaram adquirir mercadorias, e até mesmo meios de subsistência, comerciando com os nativos americanos ou com os colonos espanhóis. Os jovens aventureiros, livres e orgulhosos, não costumavam ter resistência e disciplina, e esperavam que as tarefas rotineiras

fossem executadas por serviais. Embora saquerassem sem misericórdia o Império espanhol, sentiam-se próximos dos *hidalgos* espanhóis e de seus equivalentes portugueses. Com eles aprenderam a aceitar a escravidão africana como coisa natural. John Hawkins fez os contatos necessários e aprendeu as técnicas do comércio de escravos nas ilhas Canárias e nos Açores, e muitos piratas menores não só comerciaram com os colonos espanhóis e portugueses como aprenderam com eles os costumes desconhecidos do Novo Mundo, como fumar tabaco, tomar chocolate, dormir em rede, comer churrasco — e ter escravos. Eles transmitiram alguns destes hábitos aos seus contemporâneos?

Os textos e compilações de Richard Hakluyt e Samuel Purchas descreveram os sucessos e fracassos da exploração e colonização europeias. Em 1617, a terceira edição revisada da obra de Purchas ofereceu um retrato de todo o globo, que dava ênfase especial ao potencial das Américas e encontrava encorajamento na recuperação da Virgínia depois das muitas dificuldades iniciais. Na introdução do primeiro volume, o autor observa a existência de grande comércio de escravos em Angola e menciona sua ligação com as florescentes *plantations* açucareiras no Brasil; no entanto, ele também observa o problema da revolta dos escravos e de uma "seita mestiça" que nascia nesta última colônia. Purchas insiste que o fracasso da colonização inglesa deveu-se a erros evitáveis, como indolência e brigas, desconhecimento da região e negligência quanto às épocas certas de plantar e pescar: "O milho gerou incrível recompensa" na Virgínia, observa ele, e o fumo "é famoso como mercadoria vendável".³ Embora os compêndios de Purchas contivessem algumas recomendações e avisos úteis, ainda deixavam muito para ser aprendido por tentativa e erro, ou diretamente com os holandeses. Assim como as várias estruturas sociais europeias tornaram emprestados elementos umas das outras, o elemento de cálculo consciente era quase sempre sobrepujado pela experiência prática. Como muitos futuros visionários coloniais, Purchas via o futuro das *plantations* em termos de um desenvolvimento multifórmico de fazendas, pomares e vinhas, minas e fábricas, e não com a atenção do mercador concentrada em poucos produtos mais rentáveis.

A pesca em Newfoundland e o negócio de peles atraíram o comércio inglês e francês, e o início da colonização, para uma região ao norte, muito distante das principais preocupações da monarquia espanhola. Emigrantes puritanos e huguenotes, geralmente viajando em grupos de famílias, foram atraídos pela perspectiva de fugir à perseguição religiosa e construir uma comunidade de devotos. Mas a pesca, o comércio de peles e a colonização religiosa, sozinhos, possibilitariam apenas, nos climas mais nórdicos, colônias pequenas. Uma contribuição decisiva para o aumento do volume total de emigração foi o crescimento das *plantations* da Virgínia e do

Caribe. De início, o termo "*plantation*" referia-se a qualquer projeto de povoamento, mas foi nestas últimas colônias que a palavra começou a adquirir seu sentido moderno, e a manter o movimento comercial e a demanda de mão-de-obra imigrante. Depois que os navios passaram a viajar regularmente entre a colônia e a metrópole, a organização de um fluxo constante de migração ficou mais barata e fácil.

A Irlanda era o destino final para os pretendentes a emigrantes da Inglaterra — muito mais perto, mas, como depois descobriram, alvo de dura competição. Para os monarcas ingleses, a conquista da Irlanda era uma prioridade estratégica, apesar das dificuldades citadas no Capítulo I. O êxito protestante na Inglaterra e na Escócia e seu fracasso na Irlanda tornaram ainda mais importante esmagar e colonizar os irlandeses — e ainda mais difícil. O esforço caro e prolongado do controle militar acabou tendo sucesso pelas mãos do general Mounjoy, quando Elizabeth I já estava em seu leito de morte. Alguns chefes gaélicos preferiram fazer a paz com os ingleses, e receberam a confirmação da posse das terras que antes eram tribais, mas outros foram para o exílio. Boa parte de Ulster e Munster foi considerada terra devoluta e aberta à colonização. Ao fazer a paz com a Espanha, Jaime I privou os irlandeses de um aliado valioso. Em 1609 foram enviados colonos ingleses e escoceses para a "Plantação do Ulster" para cultivar a terra irlandesa, expulsando os nativos ou reduzindo-os à condição de servos e trabalhadores braçais. Cerca de mil "traidores" irlandeses foram embarcados para a Suécia para servir como soldados do rei daquele país.

Em 1602-22, 12.000 colonos fundaram uma colônia protestante em Munster, mas as plantações inglesas na Irlanda não prosperaram. Os ingleses podiam derrotar os irlandeses na batalha, mas não fixá-los e explorá-los como camponeses. Os colonos foram desencorajados pela hostilidade dos nativos e pela desolação do lugar; muitos voltaram para a Inglaterra. Um terço do Munster voltou a pertencer aos nativos, e alguns ingleses, em consequência de casamentos, tornaram-se católicos. Os imigrantes escoceses mostraram-se mais tenazes e dedicados ao trabalho do que os ingleses, e conseguiram fazer valer sua pretensão sobre parte das planejadas *plantations* do Ulster.

A City de Londres apoiou as *plantations* do Ulster, mas descobriu que era muito difícil obter lucro com elas. A terra arrendada a meeiros irlandeses católicos costumava gerar uma taxa melhor de retorno, minando assim o esforço colonizador. Em outras partes da Irlanda, as noções inglesas sobre propriedade e cultivo da terra chocavam-se com os costumes irlandeses. Mesmo quando a terra frutificava sob o arado, seus principais produtos competiam com a agricultura inglesa. A política inglesa

continuou a manter a Irlanda sob controle militar e a desbastar a base do poder católico, já que a Irlanda era vista como um flanco vital sempre aberto a novos ataques da Espanha. De seu lado, os irlandeses nativos frustravam continuamente seus pretensos conquistadores com a má-vontade em cooperar ou com insurreição ou revolta declarada. Para muitos pretendentes a emigrantes ingleses, Bermudas, Barbados ou Virgínia passaram a ser destinos mais atraentes.⁴ As duas ilhas eram desabitadas quando os ingleses chegaram, enquanto os índios de Chesapeake tornaram-se objeto de um romance colonial clássico, festejados quando se mostravam amigáveis e receptivos, e destruídos sem misericórdia quando resistiam.

Como o poder do estado estava concentrado na Irlanda, os projetos de colonização das Américas tiveram de abrir seu próprio caminho. Uma nova tentativa de colonizar a Virgínia foi patrocinada pela Companhia da Virgínia em 1608-09; a fértil ilha das Bermudas foi povoada como subproduto deste empreendimento. Depois de alguns anos, primeiro os colonos das Bermudas e depois os da Virgínia descobriram que podiam cultivar o tabaco tão desejado pelos consumidores ingleses. A colônia se consolidou em torno de Jamestown. O rei indígena Powhatan ajudou a fornecer alimentos em momentos críticos. Antes de sua morte em 1618, parecia haver espaço bastante tanto para os algonquins quanto para os colonos, embora estes últimos estivessem começando a se expandir. Por algum tempo Jamestown pode mesmo ter sido vantajosa para os algonquins como posto comercial; mas só tarde demais eles descobriram que a colônia consolidada ia começar a invadir suas terras. A Companhia alegava que estava dando melhor uso à terra do que os nativos; quando estes atacaram a colônia sob o comando do sucessor de Powhatan, a Companhia declarou-se em "guerra perpétua" contra eles, fórmula depois endossada por Sir Edward Coke. As tropas da Companhia partiram para a ofensiva contra todos os povos ligados à Federação antes liderada por Powhatan, queimando aldeias, destruindo colheitas e limpando a região de Chesapeake de seus habitantes nativos.⁵

As primeiras colônias

Na década de 1620 também surgiram os primeiros povoados coloniais bem-sucedidos de ingleses e franceses na extremidade oriental do Caribe. Nessas colônias, a chave para a sobrevivência também foi a descoberta de que era possível cultivar tabaco. Os mercadores ingleses, franceses e holandeses haviam conseguido criar e alimentar o gosto por este produto por meio do contrabando e de algum cultivo direto

na costa da Venezuela e da Guiana. As inseguras colônias daquela costa haviam aprendido a técnica relativamente simples do plantio do tabaco e ajudaram a transmutá-la para o Caribe oriental e para a Virgínia. A *Armada de Barrovento* espanhola iria tornar o contrabando cada vez mais perigoso, embora só tenha chegado ao máximo de sua potência em 1630. Nesse meio tempo, as autoridades espanholas em terra combateram todas as tentativas de povoação da costa caribenha, e tentaram suprimir ou limitar o cultivo do tabaco nas áreas que controlavam. No norte de Santo Domingo (Hispaniola), chegaram a destruir suas próprias colônias para impedir o contrabando do fumo e do couro produzidos no local. Desta forma, estimularam indiretamente seus rivais coloniais a dedicarem-se eles mesmos ao cultivo, embora não em regiões próximas da rota das frotas que voltavam com prata. Pequenas povoações estrangeiras em Chesapeake ou no Caribe oriental não pareciam representar uma ameaça imediata, e qualquer tentativa de suprimi-las exigiria demais dos recursos espanhóis.

O comércio de fumo ainda era modesto se comparado ao da prata americana ou das especiarias do Oriente, mas era substancial o bastante para atrair pequenos mercadores independentes e capitães de navios que preferissem o comércio lucrativo à fama de saqueador. Em 1610, as importações inglesas de fumo corresponderam a £60.000, mais de um quarto de milhão de pesos ou cruzados, e a demanda crescia rapidamente.⁶ Os holandeses e franceses também importavam fumo, mas o mercado inglês logo tornou-se provavelmente o maior. O fumo era vendido por varejistas pequenos e médios, inclusive por muitas mulheres, além das tabernas e estalagens. Calcula-se que até 1613 gastava-se £200.000 por ano com fumo. Como observa Carl Bridenbaugh: "todas as tentativas de licenciar ou regulamentar os vendedores de tabaco fracassaram".⁷ O rei reduziu sua oposição ao fumo, e mais tarde protegeria o tabaco da Virgínia para aumentar a receita pública.

Havia também uma gama de outros produtos que as novas colônias podiam cultivar, como algodão, anil e gengibre. O anil e os outros novos corantes estavam revolucionando o comércio de produtos têxteis, contribuindo para os estilos e cores atraentes das *New Draperies*.⁸ Em 1614-17, o monarca inglês foi convencido pelos mercadores de Londres a proibir a exportação de tecido cru para a Holanda; o fracasso do "projeto de Alderman Cockayne"⁹ enfatizou a importância estratégica

do controle do fornecimento de corantes.⁹ Os mercadores ingleses com interesses no Brasil ajudaram o início da colonização do Caribe oriental. Embora a Holanda tenha optado, através da criação da CIOc, pela invasão do Brasil, pequenos mercadores, inclusive holandeses independentes, dispuseram-se a apoiar as tentativas de colonizar e cultivar outras áreas periféricas do Império espanhol.

As tentativas inglesas de colonização costumavam receber pouco incentivo do rei e nenhum apoio financeiro. Na verdade, só havia garantias reais para os projetos que promettessem gerar receita e evitar grandes problemas diplomáticos. Jaime I e Carlos I seguiram a rainha Elizabeth ao aceitar que o rei da Espanha só podia ter pretensões sobre o território americano realmente povoado por seus súditos e administrado por seus funcionários; outros monarcas europeus — especialmente os governantes da França, da Suécia, da Dinamarca e da Curlândia, que esperavam instalar colônias — concordaram. Naturalmente, os protestantes contestavam o direito do papa de conceder a América à Espanha e a Portugal. A opinião pública britânica animou-se com a retórica nacionalista, antiespanhola e anticatólica dos propagandistas coloniais, mesmo em tempos de boas relações entre os espanhóis e a corte inglesa.

Nem Jaime I nem Carlos I comprometeram recursos com a colonização, mas caso seus súditos formassem colônias produtivas longe das áreas sob controle espanhol, eles com certeza pretendiam lucrar com isso. Os empreendedores coloniais procuraram membros influentes da corte tentando obter concessões reais. Mas a Coroa inglesa pouco fez para proteger até mesmo as colônias oficialmente autorizadas, que foram deixadas à sua própria sorte. A sobrevivência das povoações inglesas deveu muito à tremenda ofensiva holandesa no Caribe e no Atlântico nas décadas de 1620 e 1630. Os espanhóis foram obrigados a empenhar todos os seus esforços para defender as principais artérias do império. Enquanto os outros se envolviam em ferozes hostilidades, os ingleses colonizavam. O não-envolvimento da Inglaterra na Guerra dos Trinta Anos (1618-48) significou que seus mercadores estavam em boa posição para ampliar sua rede comercial; nessa época, a marinha mercante inglesa superou as 150.000 toneladas, três vezes mais que na década de 1570, elevando o volume de recursos que poderia ser conseguido com o esforço de colonização.⁹

⁶Nome dado aos novos tecidos estampados em cores mais vivas que se tornaram moda no início do século XVII. (N. de T.)

⁷O "projeto" foi uma tentativa de várias empresas, lideradas por Alderman Cockayne, de passar a exportar tecidos estampados e tratados em vez de tecidos crus e sem acabamento. O projeto foi um fracasso e desencorajou uma das crises comerciais mais graves da Inglaterra. (N. de T.)

Em termos de tempo de viagem, as ilhas do Caribe oriental ficavam mais perto da Europa do que Havana ou Veracruz. Sabendo que levariam um mês ou mais para voltar, as esquadras espanholas baseadas naqueles portos relutavam em navegar para o Caribe oriental. O potencial de Barbados, no extremo sudeste do Caribe, foi percebido em 1625 pelo capitão de um navio inglês que voltava do Brasil. Este

capitão convenceu William e Peter Courteen, mercadores anglo-holandeses poderosos e com bons contatos em Londres e Middelburg, a apoiar a formação de uma companhia para organizar a povoação da ilha. Nesta época Barbados era desabitada, depois que seus habitantes originais foram escravizados ou expulsos pelos espanhóis no século anterior. Na mesma época, a Ilha de São Cristóvão, ou Saint Kitts, uma das ilhas Leeward que fora algumas vezes usada como base de piratas, foi povoada por colonos ingleses sob o comando do capitão Thomas Warner, que uniu forças com os colonos franceses, comandados por Sieur d'Esnebuc, para tomar a ilha dos nativos caribenhos.

A população inicial destas colônias era pequena, e no começo era impossível tentar fazer algo tão complicado como o cultivo e a fabricação de açúcar. Limpar a terra para plantar já era em si uma tarefa pesada. No entanto, os mercadores estavam dispostos a patrocinar o trabalho de colonização como forma de garantir o fornecimento de fumo. Alguns dos primeiros colonos eram sobreviventes das primeiras povoações na costa sul-americana, e alguns índios arauaque da mesma região foram convencidos a ajudá-los a aprender a arte do cultivo tropical. O tabaco crescia com bastante facilidade e não exigia investimento pesado em equipamento; para produzir folhas de boa qualidade em grande escala era necessário habilidade e um processamento complexo, mas isto podia ser desenvolvido com a prática. Pequenos mercadores de Middelburg, Flushing, Dieppe, Rochelle, Bristol e Londres adiantaram créditos aos colonos em troca de participação na colheita.

Thomas Warner, em Saint Kitts, conseguiu o patrocínio de uma associação comercial liderada por Ralph Merrifield, de Londres. Em 1626, Maurice Thomson, capitão mercante que se estabelecera no comércio da Virgínia, trouxe o primeiro carregamento de escravos para Saint Kitts; no entanto, isso aconteceu mais de uma década antes que a agricultura escravista realmente se fixasse no Caribe oriental, e neste ínterim foram cultivados tabaco, algodão e outros produtos com a ajuda de servos trazidos da Europa. O fumo alcançava preço alto e havia terra disponível para os que desejassem limpá-la e cultivá-la. Mercadores interessados no comércio das *plantations* tentaram conseguir o patrocínio de membros da corte que pudessem obter licença real para a colonização. Nobres puritanos, principalmente os condes de Pembroke e Warwick, e favoritos do rei como o conde de Carlisle, dedicaram-se a esse negócio e criaram um pequeno fundo de cobertura oficial para o esforço de colonização.

A Companhia da Ilha da Providência, primeira colônia inglesa com predominância de trabalho escravo nas *plantations*, teve vida curta porque ficava perto demais do poder espanhol. Estabeleceu-se em Santa Caterina e em outras ilhas próximas à costa da América Central, na extremidade mais exposta do Caribe, em 1630, de-

pois da derrota dos espanhóis na Batalha de Mananzas (Cuba) para Piet Heyn e a CIOc. Os acionistas desta companhia — que incluíam o conde de Warwick e John Pym — foram descritos como “*rol nominal da oposição parlamentar*”.¹⁰ Atraíu mais a nobreza puritana do que grupos familiares. A Companhia da Ilha da Providência enviou servos contratados que deveriam produzir pequenas quantidades de tabaco, anil e açúcar. Mas nem todos os colonos gostavam de depender da Companhia para conseguir mão-de-obra. Corsários que haviam capturado escravos ofereciam-nos a baixo preço, e vários colonos aproveitaram a oportunidade.

Um dos colonos puritanos, Samuel Rishworth, fez objeções ao cativeiro forçado de africanos. Explicou também seu ponto de vista aos próprios africanos, incentivando-os a fugir, o que alguns deles fizeram. Pouco depois disso — e talvez como consequência — o governador excluiu Rishworth do conselho da colônia, embora ele fosse depois reeleito para o cargo. A Companhia declarou que a escravidão era legal para pessoas que fossem “*estranhas à Cristandade*”, mas instou os colonos a abster-se de futuras compras, já que o crescimento do número de escravos representaria uma ameaça à segurança e privaria colonos livres de empregos rentáveis. Apesar deste conselho e da deflagração de uma rebelião de escravos em 1º de maio de 1638, os fazendeiros da Ilha da Providência continuaram a comprar africanos.¹¹ Depois de mais de uma década de pirataria, contrabando e cultivo, esta colônia foi destruída por um ataque espanhol em 1641 e os sobreviventes fugiram para as Bahamas, para o Caribe Oriental e para a América do Norte. Eles batizaram uma das Bahamas de Eleuthera, palavra grega que significa Liberdade, mas apesar deste eco bíblico ou clássico, ajudaram a difundir e regularizar o hábito da posse de escravos, embora em escala ainda modesta.

O fato de o rei não ter dado prioridade à defesa da Ilha da Providência foi uma das acusações feitas a ele por seus opositores. Em 1640, Pym exigiu uma política mais agressiva:

As diferenças e os descontentamentos entre Sua Majestade e o povo da terra, ao que parece, afastaram seus pensamentos e opiniões das grandes oportunidades que poderia ter (...) de atingir maior grau de poder e grandeza do que todos os seus ancestrais; pois não se desconhece quão fracas, perturbadas e descontentes são as colônias espanholas nas Índias Ocidentais. Há agora naquelas regiões, na Nova Inglaterra, na Virgínia e nas ilhas do Caribe, e nas Bermudas, pelo menos sessenta mil pessoas capazes desta nação, muitas delas bem armadas, e seus corpos acostumados àquela clima, que, com custo muito pequeno, podem ser fixadas em alguma parte proveitosa daquelas terras agradáveis, ricas e férteis, e tornar Sua Majestade senhor de todo aquele Tesouro, que não só fomenta a guerra, mas que é o grande suporte do papado em todas as partes da Cristandade.¹²

Pym exagerou um pouco o número de colonos ingleses e deixou de observar que a maior parte deles ia para regiões do Novo Mundo onde seria menos provável ter que combater os espanhóis. Era a situação relativamente remota das colônias mencionadas que as tornava recomendáveis para fazendeiros e emigrantes comuns.

A mais bem-sucedida das novas colônias fumageiras foi a Virgínia, fora da zona de efetiva colonização e de controle espanhol, acima dos 30° de latitude. A lucratividade da Virgínia ajudou diretamente o desenvolvimento do Caribe inglês, já que este foi patrocinado por mercadores e capitais que haviam prosperado no comércio com a América do Norte. Por acaso, a Companhia da Virgínia encontrou a fórmula da colonização bem-sucedida nos anos de 1618-24, depois que acabou a esperança de descobrir ouro e que ficou claro que os nativos poderiam vender alimentos mas não fornecer mão-de-obra. Nos anos posteriores a 1618, a Companhia descobriu que colonos que recebessem dois ou três acres de terra poderiam cultivar milho suficiente para alimentar-se; os que desejassem mais que a mera subsistência teriam de plantar tabaco se comprassem mais terra, ou trabalhar para outra pessoa no caso contrário. Aos poucos a Companhia abandonou as duras obrigações e o controle estrito que impusera aos colonos nos primeiros anos.

Sir Edwyn Sandys, um dos dirigentes da Companhia da Virgínia, promoveu a política de arrendar terras a preços baixos a colonos com recursos para limpá-las e cultivá-las. A terra era oferecida "por cabeça" a quem trouxesse novos habitantes para a colônia. Os que pagassem a própria passagem poderiam exigir uma "cabeça" para si e para qualquer criado cuja passagem também pagassem. Como em obediência à máxima bíblica de que "ao que tem, tudo lhe será dado", o sistema "por cabeça" permitiu que um fazendeiro com capital e dotado da persistência necessária acumulasse terra e mão-de-obra. Isso estimulou um tráfego de mão de obra, no qual a jovem colônia trocava fumo por provisões, implementos agrícolas, materiais de construção — e trabalhadores contratados, que se obrigavam a trabalhar por três, cinco ou sete anos para quem precisasse dos seus serviços; no final deste período, eles estariam livres e geralmente receberiam uma recompensa — seus "direitos de liberdade". Se trabalhassem um pouco mais, poderiam comprar terra. Quando a nova colônia de Maryland se estabeleceu, foram oferecidos 50 acres, roupas, ferramentas e uma arma de fogo aos trabalhadores no final de seus contratos. Do lado inglês, os donos de navios e mercadores menores organizaram o comércio, entrando em acordo com os mais bem-sucedidos colonos e proprietários de *plantations* das colônias.

Os mercadores estabelecidos, ligados às grandes corporações comerciais, desprezaram o negócio, abrindo espaço para uma nova linhagem de comerciantes, muitos deles capitães de navios com conhecimentos dos dois lados do Atlântico. Estes ho-

mens precisavam de parceiros tanto na colônia quanto na metrópole. Seus patrocinadores ingleses eram lojistas e donos de armazéns que estavam a par da ávida demanda de fumo e outros produtos exóticos. Nas colônias, precisavam encontrar produtores confiáveis, capazes de persistir em condições novas e cheias de desafios. O sistema de servidão sob contrato transformou as perspectivas da Virgínia, porque mercadores e produtores tinham boas razões para procurar aprendizagens com o talento, a dedicação e a sobriedade necessários no ambiente rude e hostil de uma nova colônia. Na década de 1620, a Virgínia deixou de ser uma base para nobres em busca de fortuna e um lugar para enterrar os destituídos ou criminosos. Em 1624, brigas entre os patrocinadores da Companhia resultaram na suspensão de sua licença e na consequente reversão da colônia à condição de simples possessão da Coroa, sob a autoridade do Privy Council*. No entanto, nem o rei nem o Conselho deram muita atenção à colônia além da nomeação de um governador, que foi, por sua vez, encarregado de nomear seu próprio grupo de conselheiros dentre os principais colonos. Os que tinham títulos de terra e haviam sobrevivido aos choques com os índios e ao ataque das doenças puderam exercer considerável poder local pelo acesso a cargos paroquiais e militares. Melhoraram as perspectivas dos imigrantes, livres ou contratados, já que a colônia podia andar sozinha e não estava mais sujeita às regras draconianas da Companhia. O rei contentou-se em explorar as possibilidades de gerar receita com o fumo depois que este produto chegasse à Inglaterra.

Entre 1607 e 1624, cerca de 6.000 pessoas emigraram para a Virgínia; como muitos morreram ou voltaram, um censo realizado em 1625 só mostrou 1.200 pessoas morando na colônia. Com o fim do controle da Companhia, o sistema "por cabeça" permaneceu; este sistema promoveu a imigração de centenas, e às vezes de milhares de trabalhadores contratados por ano.¹³ Apesar do aumento do cultivo do tabaco na Virgínia, ainda havia espaço para novos produtores caribenhos na década de 1630; o preço do fumo caíra do nível absurdo dos primeiros dias, mas continuava muito lucrativo, tanto para donos de *plantations* como para comerciantes.

John Rolfe relatou que, em agosto de 1619, um "homem de guerra holandês (...) nos vendeu vinte negros".¹⁴ Na década seguinte, os registros que chegaram até nós mostram uma população negra na colônia de vinte e três pessoas num ano e vinte e cinco no seguinte, a maioria relacionada como criados, mas sem nome, ou apenas com o primeiro nome, e geralmente sem data de chegada — detalhe importante no caso dos servos contratados por um período de meses ou anos. Alguns des-

* O Privy Council é o grupo de conselheiros selecionados pelo primeiro-ministro britânico para auxiliar o soberano em assuntos de estado. (N. de T.)

ses "negros" eram ou tornaram-se livres, e pelo menos um deles chegou a possuir também servos negros. Mas aqueles africanos chegaram à colônia não porque houvesse tráfico regular de escravos, ou prática estabelecida de escravidão, mas porque havia idas e vindas contínuas entre diferentes portos coloniais e a metrópole, nas quais alguns criados ou escravos negros estavam envolvidos. Por várias décadas o fornecimento de trabalhadores ingleses sob contrato foi adequado para as necessidades dos fazendeiros, mas estes conheciam a alternativa dos escravos.

A Inglaterra era excepcional na mobilidade de sua população e na disposição para emigrar. Algo entre 170.000 e 225.000 emigrantes deixaram as Ilhas Britânicas e foram para a América no período entre 1610 e 1660: de 110.000 a 135.000 foram para o Caribe, 50.000 para a Virgínia e de 20.000 a 25.000 para a Nova Inglaterra; 70.000 ingleses e escoceses trocaram a ilha britânica pela Irlanda durante o mesmo período, mas, como era fácil, muitos voltaram.¹⁵ Nos anos anteriores à deflagração da Guerra Civil, a taxa de emigração anual ficou entre 5.000 e 8.500 pessoas, mais que o dobro do número de emigrantes da Península Ibérica na época. O fato de que algumas centenas de navios envolvidos no comércio com as colônias cruzavam o Atlântico todo ano estimulou o fluxo de emigrantes ao reduzir o custo do transporte; este fator também ajuda a explicar a taxa de emigração comparativamente alta dos portugueses e a taxa baixa dos espanhóis. A emigração colonial francesa ainda era mínima, como veremos no próximo capítulo.¹⁶

Será que os ingleses emigraram porque havia um excesso de rapazes, juntamente com algumas moças, tão pobres e desesperados que se dispunham a enfrentar os grandes riscos envolvidos? Ou será que a Inglaterra pôde enviar tanta gente por ser uma sociedade economicamente vigorosa, com recursos para desenvolver *plantations* do outro lado do oceano? Os dois tipos de explicação não são mutuamente excluintes; foi sua conjunção que ajudou a estimular a emigração. Na França e na Espanha do século XVII havia pobreza generalizada mas não os recursos comerciais nem o mercado interno capazes de sustentar o desenvolvimento de *plantations* na escala inglesa. O desenvolvimento da agricultura nitidamente capitalista da Inglaterra foi acompanhado do crescimento da produtividade, pelo fechamento dos campos e por um forte mercado interno. Junto com o crescimento populacional dos anos 1550-1650 e com uma estrutura familiar que incentivava os filhos jovens a partir, o vigor econômico criou uma demanda de produtos agrícolas que, por sua vez, criou a demanda de mão-de-obra para as *plantations*.¹⁷ Assim, o fator "atração" deve receber tanto peso quanto o fator "expulsão", especialmente porque os sobreviventes do difícil período inicial realmente acabaram conseguindo uma vida nova e melhor.¹⁸

Barbados e a ascensão do açúcar

O fumo de Barbados era de baixa qualidade; os fumantes da ilha preferiam a folha importada da Virgínia. De qualquer forma, a ilha era pequena demais para a agricultura extensiva praticada na Virgínia. Produzia-se um pouco de algodão, anil e gengibre, mas só com a introdução do açúcar no final da década de 1630 ou início da de 1640 é que se encontrou uma cultura realmente rentável. Por algum tempo Barbados e as ilhas Leeward atraíram muitos colonos, por razões que não estão completamente esclarecidas. As guerras indígenas da Virgínia, os governadores autocráticos e as epidemias podem ter tornado o Caribe mais atrativo. Em primeiro lugar, os novos ocupantes podiam achar terras nas ilhas com bastante facilidade. Além disso, o Caribe ainda exercia atração sobre caçadores de fortunas. Foi muito útil a chegada de alguns escravos e de equipamento para a fabricação de açúcar nas ilhas Leeward, trazidos pelos que fugiram da Ilha da Providência.

Apesar do tamanho minúsculo — apenas 144 milhas quadradas, ou 375 quilômetros quadrados — Barbados teve papel excepcional ao demonstrar a lucratividade das *plantations* açucareiras. O solo era fértil e bem irrigado, o clima relativamente saudável, com boa brisa do mar. Acima de tudo, a ilha estava situada a uma distância segura da linha principal de ilhas caribenhas e tinha boas defesas naturais. Barbados sofreu um pouco por ter sua posse disputada por proprietários rivais: de um lado o conde de Pembroke, apoiado por Sir William Courteen; do outro, o conde de Carlisle, apoiado pelo mercador inglês Marmaduke Roydon. O conde de Carlisle anunciou suas pretensões depois que Courteen já havia gasto 10.000 libras para desenvolver a colônia. Uma briga por causa do testamento de Carlisle criou ainda mais dúvidas sobre a situação da ilha em 1635; o capitão Henry Hawley, nomeado governador por Carlisle, convocou em 1639 uma assembleia de donos de terras para consolidar sua posição, dando à colônia uma característica de governo próprio.

Em 1638, a população de Barbados era de cerca de 6.000 pessoas, das quais 2.000 eram trabalhadores sob contrato e apenas 200 eram escravos africanos.¹⁹ Enquanto os trabalhadores contratados por quatro ou cinco anos podiam ser comprados por 12 libras cada, um escravo custava 25 libras. Os conhecimentos sobre o cultivo e o processamento da cana-de-açúcar foram trazidos de Pernambuco para Barbados por comerciantes holandeses; em primeiro lugar, pelos descontentes com os privilégios da CIOc, e depois pelos que fugiam da colônia holandesa cada vez mais sítida. Barbados revelou-se um porto seguro para um curioso sorimento de refugiados, como judeus sefarditas, colonos holandeses e seus colaboradores de Pernambuco, membros de seitas puritanas inglesas e depois ingleses partidários do rei deposto.

Eles levaram consigo recursos, contatos e conhecimentos valiosos, e os de Pernambuco, talvez alguns escravos dos engenhos também.

Por causa da permanente falta de mão-de-obra no Brasil holandês, e como os índios eram ali mais protegidos contra a escravização do que nas capitânicas portuguesas, seus fazendeiros haviam desenvolvido sistemas metódicos de trabalho sob vigilância mais estrita; essas técnicas iriam ser imitadas e aperfeiçoadas em Barbados. Entre 1646 e 1648, a própria CIOc vendeu escravos em condições vantajosas para fazendeiros de Barbados, já que não podiam usá-los no Brasil. Até meados da década de 1650, um grande número de servos brancos contratados trabalhou nos campos de cana lado a lado com escravos africanos; só em meados da década de 1660 é que os brancos passaram a realizar apenas tarefas especializadas ou de supervisão, e os negros foram organizados em turnos. Uma epidemia de febre amarela surgiu em 1647 e em alguns anos posteriores vitimou um número desproporcional de trabalhadores brancos; as conspirações e a rebelião de servos contratados em 1649 e 1657 também deixaram os grandes proprietários de terras cada vez mais tensos, fazendo com que evitassem reunir grande número de trabalhadores servis descontentes, especialmente os de origem irlandesa ou condenados a longas penas.²⁰

O custo da instalação de uma *plantation* de açúcar era tão alto que os participantes precisavam de grandes recursos desde o início; os mercadores e produtores de fumo destacaram-se entre os que tinham acesso à terra, ao financiamento e à influência necessários. Em Barbados, os donos de engenhos de açúcar acharam possível e aconselhável cultivar a cana de que precisavam em suas próprias terras, em vez de comprá-la de pequenos produtores. Os pequenos produtores não se dedicaram à cultura da cana porque esta era um cultivo novo e desconhecido e só podia ser colhida no mínimo dezoito meses depois de plantada. O dono de engenho que cultivasse sua própria cana também estava garantido, sabendo que não poderia ser pressionado por plantadores de cana que jogassem um engenho contra o outro — perigo óbvio numa ilha pequena.

Assim, a construção das *plantations* envolveu um processo de concentração da administração e da posse da terra. Os fazendeiros tinham dinheiro para comprar as numerosas pequenas propriedades ou pequenos arrendamentos que datavam dos primeiros dias da colonização; mas o pequeno proprietário ou rendeiro, satisfeito com sua condição e com a renda de um cultivo secundário, talvez não quisesse vender. Os fazendeiros maiores assumiam cargos nos conselhos paroquiais e usavam esta posição para impor taxas e tributos sobre a terra. Os pequenos proprietários foram estimulados a vender tanto pelo custo de manter a terra quanto pelos preços cada vez maiores oferecidos. Entre 1648 e 1656, um estatuto local permitiu aos mem-

bros do conselho da Igreja confiscar e vender a terra de qualquer pequeno proprietário que deixasse de pagar as taxas paroquiais.²¹

Mercadores que adiantavam crédito a pequenos e grandes proprietários também estavam em condições de acumular terras. De uma forma ou de outra, muitas *plantations* açucareiras foram criadas e mantidas com mão-de-obra mista de servos contratados e escravos. A emigração da Grã-Bretanha diminuiu na década de 1640, em parte por causa da guerra civil e em parte porque navios holandeses estavam fazendo grande parte do comércio da ilha. Os preços do açúcar estavam altos e o comércio açucareiro era suficientemente rentável para cobrir a despesa da importação de africanos. O conde de Warwick foi um dos fundadores da Companhia da Guiné, que já em 1618 tinha entre seus objetivos o comércio de escravos. Mas a Companhia da Guiné não prosperou, deixando o campo aberto a invasores e aos comerciantes holandeses. Em 1631, Carlos I concedeu uma licença de comércio com a África Ocidental a Sir Nicholas Crispe, mercador da corte. Esta nova Companhia da Guiné teve mais sucesso, concentrando-se, na década de 1630, no comércio de ouro e outros produtos africanos. A partir da década de 1640, o tráfico de escravos entre a África Ocidental e as ilhas inglesas, foi organizado por mercadores não ilicenciados, como Maurice Thomson e William Pennoyer — este último acabou chegando a um acordo com a Companhia da Guiné.²² Alguns fazendeiros de Barbados, como James Drax, patrocinaram diretamente expedições negreiras à costa africana. Comerciantes holandeses ou ingleses podiam vender os cativos africanos na ilha e voltar com um carregamento de açúcar.

Em 1653 havia muito mais escravos do que servos contratados: 20.000 contra 8.000; o resto da população da ilha era formado por 5.000 proprietários ingleses e 5.000 homens livres (ex-servos, dos quais 2.000 ingleses, 2.000 escoceses e 1.000 irlandeses). Nada menos que 7.787 toneladas de açúcar — mais de um milhão de arrobas — foram despachadas para a Inglaterra em 1655, e valiam pelo menos 380.000 libras, já que os preços estavam altos; mais açúcar deve ter sido enviado para outros lugares. Em 1657, Richard Ligon publicou um relato sobre Barbados; embora baseado numa visita feita na década anterior, oferece um retrato vívido e bem informado da economia açucareira e da sociedade escravista em ascensão na ilha. O livro incluía descrições detalhadas de como cultivar e processar a cana-de-açúcar, completadas com desenhos do "engenho" ou engenho de açúcar e um mapa com a localização das principais *plantations*. Ligon lamenta os maus-tratos infligidos aos servos brancos e observa que os escravos africanos, apesar de seu número cada vez maior, continuavam temendo os ingleses, já que não têm armas, especialmente armas de fogo, e "são capturados em várias partes da África, (...) falam línguas diferentes, e assim um não

pode entender o outro". Ligon descobriu que os africanos possuíam qualidades positivas, como pode ser visto na epígrafe deste capítulo, mas as mais louváveis eram sua capacidade de trabalhar muito e sua lealdade — ele cita o caso de um certo "Sambo", que não só denunciou uma conspiração de escravos como abriu mão, em nome do conjunto dos escravos, do feriado oferecido como recompensa, dizendo que eles só tinham cumprido seu dever. No entanto, o autor percebe a relutância dos fazendeiros em permitir o batismo de seus escravos, por temerem que isso fosse provocar a emancipação. A obra de Ligon entretanto o inenso potencial econômico de Barbados e iria incentivar futuros investidores. As exportações da ilha começaram a competir com as do Brasil na década de 1650. A Guerra Civil inglesa provocou algumas rixas partidárias no Caribe mas não impediu o avanço das *plantations*.²³

O papel dos capitães e dos novos mercadores

Segundo uma fórmula clássica, os mercadores dedicam-se a comprar barato e vender caro; portanto, o capital mercantil não deveria se preocupar em organizar diretamente a produção. Os projetos de colonização do Caribe e da América do Norte no século XVII não seguiram esta noção do papel do comerciante. Como vimos, esses projetos refletiram um entrelaçamento da iniciativa mercantil com a capacidade empreendedora dos capitães navais e da fome de terras de uma camada de nobres e camponeses ricos e pobres; sem o patrocínio mercantil, os projetos destes últimos teriam pouca oportunidade de sucesso. A partir de 1620 aproximadamente a recessão afetou muitos setores da economia européia, mas não o comércio das *plantations*. Um aumento a longo prazo da produtividade da agricultura inglesa ajudou a manter e ampliar a demanda da Inglaterra por importações de fumo, açúcar, anil e algodão.

Talvez estimulado por estas circunstâncias, surgiu no norte da Europa um novo tipo de mercador para sustentar as novas empresas produtivas das Américas. Esses homens comportavam-se de forma muito diferente dos "verdadeiros mercadores" ou "apenas mercadores" das guildas e corporações comerciais estabelecidas, que viam pouca vantagem em investir nas *plantations* quando poderiam aplicar seus recursos na exploração de seus privilégios comerciais, e que estavam formalmente impedidos de envolver-se no comércio varejista.²⁴ O investimento nas *plantations* era mais atraente para os que lucravam diretamente com o novo comércio: lojistas, donos de armazéns e quitandas, donos ou capitães de navios, fornecedores de velas, sabão e suprimentos etc. Cada uma dessas categorias contava com milhares de membros; os que participavam do comércio americano serviam muitas vezes de agentes ou "co-

missários" de navios para outros, e assim muitos investiam numa mesma viagem ou empreendimento e os riscos podiam ser divididos. O comandante do navio costumava ter sua parte no empreendimento e podia ser parente do patrocinador. Ao investir nas colônias agrícolas, os mercadores podiam garantir o fornecimento de produtos cuja demanda crescia: fumo, açúcar, cacau, algodão, gengibre, corantes. Outra característica do comércio com as colônias era que os fazendeiros precisavam de todo tipo de equipamento: implementos agrícolas, utensílios domésticos, roupas, produtos alimentícios e, não menos importante, mão-de-obra. A parceria entre fazendeiro e comerciante ficou conhecida como *matelaga*.²⁵ O investimento dos mercadores quase sempre era um adiantamento dessas mercadorias necessárias como crédito em troca de uma parte da colheita. Era a extensão de uma prática mercantil que, em escala mais limitada, já existia nos ramos protocapitalistas da agricultura européia, em que o fazendeiro precisava comprar implementos produtivos para fazer o cultivo.

Muitos dos novos mercadores eram — ou haviam sido — comandantes de navios, e assim tinham experiência própria dos problemas gerenciais e administrativos do empreendimento. Outros ex-comandantes tornaram-se donos de *plantations*, enquanto os grandes proprietários julgavam conveniente nomear um capitão para administrar suas colônias. O próprio navio já era um investimento e um empreendimento produtivo; sua operação exigia talento de coordenação habilidosa e mão-de-obra disciplinada e metódica. O comandante ideal devia ter integridade, talento administrativo, sensibilidade comercial e bons conhecimentos de navegação. No complexo comércio africano, às vezes eram usados superintendentes para supervisionar ou verificar todas as atividades comerciais — mas isto significava um salário extra e não era comum no comércio americano. Neste, os mercadores precisavam de comandantes que fossem competentes financeiramente e confiáveis, além de serem bons marinheiros. Ao procurar um parceiro para administrar uma propriedade açucareira ou uma das grandes *plantations* de tabaco, o capitão-mercador procuraria qualidades semelhantes. O mercador dependia mais da honestidade de seus agentes do que de suas habilidades técnicas; estas últimas poderiam ser supridas pelo imediato ou pelo contramestre num navio, ou por um feitor ou mestre de açúcar numa *plantation*. Os mercadores costumavam contar com um sobrinho ou primo, ou alguém a quem estivessem ligados por laços religiosos, ao patrocinar uma viagem ou montar uma *plantation*.

Os mercadores e armadores do comércio colonial buscavam negócios bilaterais ou multilaterais, isto é, que assim eram reduzidos os custos unitários do frete e aumentavam as oportunidades de lucro. Com o crescimento do comércio marítimo em grande escala, o controle dos custos navais tornou-se fator crucial. Nas duas primeiras dé-

cadáver do comércio de fumo da Virgínia, o aproveitamento dos navios foi bastante aperfeiçoado, pela garantia de um bom carregamento de provisões e trabalhadores na viagem de ida e a melhoria do enfiamento e da embalagem do fumo na viagem de volta à Inglaterra.

Os comerciantes holandeses independentes, cuja origem é o comércio do Báltico e do Mediterrâneo, financiaram os primeiros assentamentos coloniais, fossem holandeses, ingleses ou franceses; ofereciam manufaturas holandesas e provisões, algumas vezes também escravos africanos, em troca de fumo, algodão, anil, açúcar ou cacau. Os mercadores de Londres, Bristol ou Dieppe também desejavam garantir o fornecimento desses produtos. Nos primeiros anos da colonização, eles conseguiram atrair servos contratados de forma mais econômica do que seria possível para os holandeses. Na Inglaterra — e em menor escala na França — os comerciantes descobriram que podiam atrair mais desses emigrantes do que na Holanda. Fosse qual fosse o fornecimento de trabalhadores europeus, eles nunca seriam suficientes. O açúcar sempre atingiria bom preço, e o fumo continuava compensador para o produtor eficiente. Os novos mercadores estavam bebendo diretamente do grande mercado interno inglês — e com ou sem a ajuda holandesa, acabariam encontrando formas de atingir também os mercados da Europa continental.

Tabaco e açúcar

O consumo de tabaco e açúcar estava se tornando mais disseminado que o dos luxos tradicionais. Isto demonstra em parte as qualidades produtivas das *plantations*, que tornaram seu produto mais barato e não mais caro com o crescimento da demanda. Mas também revela as transformações internas de algumas sociedades europeias — em primeiro lugar, a Inglaterra e a Holanda — que colocavam o dinheiro nas mãos de novos tipos de consumidor. A maior produtividade agrícola e o melhor sistema de transportes haviam elevado o padrão de vida de parcelas substanciais da população. Com a Inglaterra e a Holanda abrindo caminho, o uso do fumo tornou-se um luxo popular em toda a Europa ocidental durante o século XVII; seu preço acabou caindo tanto que pôde ser adquirido até por trabalhadores assalariados urbanos ou rurais. Outros produtos das *plantations* e seus derivados nunca ficaram tão baratos, e seu consumo permaneceu por algum tempo restrito à nova classe média. Na década de 1620, o preço do fumo caiu de dois ou três *shillings* por libra de peso (ou seja, 24 a 35 *pence* por libra) para 3 a 5 *pence* por libra. Com algumas altas e quedas, o preço se estabilizou no patamar mais baixo desta última faixa. A este preço, o esta-

nho costume de fumar cachimbo espalhou-se com rapidez em muitas partes da Europa, com a Inglaterra e a Holanda apresentando a taxa mais alta de consumo *per capita*. Em meados do século ou pouco depois, talvez cerca de um quarto da população inglesa fumasse um cachimbo cheio por dia. Tanto na Inglaterra quanto na Holanda, o consumo anual chegou a mais de uma libra por pessoa, e excedeu as duas libras por pessoa no fim do século.²⁶

Apesar dos esforços contínuos dos sábios de gabar as virtudes medicinais do tabaco, seu triunfo foi o de um prazer popular. A disseminação do hábito pode ser creditada em grande parte aos marinheiros e habitantes das cidades portuárias, que acabaram adotando o fumo em lugar de outras drogas que poderiam ter preferido, como a coca ou a marijuana. Um relato de 1570 sobre o comportamento dos marinheiros, citado por Jordan Goodman, dá uma idéia dos motivos desta escolha popular:

Pois podem-se ver muitos marinheiros, todos eles retornados de lá [das Américas] portando pequenos tubos (...) [que] eles acendem com fogo, e, abrindo bem suas bocas e aspirando, chupam toda a fumaça que conseguem (...) desta forma, dizem eles, sua fome e sede são aplacadas, sua força é restaurada e seu espírito renovado; asseveram que o cérebro é tomado por uma inebriante alegria.²⁷

Sem dúvida, tanto a marijuana quanto a coca foram bastante experimentadas por marinheiros e outros, mas seu consumo não se espalhou nem se firmou de forma tão ampla. O fumo não estimula o apetite, como faz a marijuana; para marinheiros e outros trabalhadores, esta era uma grande vantagem. Ao mesmo tempo, o fumo estimula o espírito e o cérebro sem causar desorientação ou confusão — estas últimas condições poderiam expor suas vítimas a perigos no mundo atlântico da época, e eram incompatíveis com muitas tarefas profissionais. Assim, o tabaco era um prazer mais compatível com as condições e exigências da vida cotidiana do que seus possíveis rivais.

O açúcar continuou sendo o mais valioso de todos os produtos das *plantations*. Começou a ser usado de formas muito variadas, como adogante e conservante, na fabricação de geléias, licores, pudins e confeitos, na cervejaria e na fabricação de pães. Alimentos açucarados, depois de provados, facilmente se tornam um vício. A produção de açúcar do Novo Mundo em 1600 foi de cerca de 10.000 toneladas; em 1660, ficou por volta de 30.000. O preço do açúcar caiu à metade entre a década de 1620 e a de 1670; de cerca de £56 a tonelada para cerca de £28, com o crescimento da produção. O açúcar foi desde cedo um luxo urbano, consumido por quase todo

mundo nas grandes cidades da Europa, principalmente nas que lideravam o comércio, as finanças, a administração e a manufatura; com a queda dos preços, as cidades menores e os habitantes do campo também puderam permitir-se o prazer do doce.²⁸

A mão-de-obra das *plantations*, a escravidão e o medo das mulheres diferentes

Uma demanda tão voraz pelos produtos das *plantations* deu aos novos mercadores e fazendeiros uma generosa oportunidade, desde que conseguissem mão-de-obra suficiente. Isso criou uma pressão para arrancar o máximo possível dos servos contratados e também para explorar o uso de escravos indígenas ou africanos. Em Barbados, desde o início, o trabalho servil, como explicou Henry Winthrop numa carta a Emmanuel Downing em 1628, foi usado junto com o de escravos negros. Mas no ano seguinte ele escreveu a respeito de "50 escravos índios e pretos", já que os ataques da Guiana, que haviam acompanhado voluntariamente os colonizadores ingleses, foram, desgraciadamente, escravizados pelas pessoas que eles ajudaram. Em 1636, o governador Hawley anunciou que todos os servos índios e africanos levados para a ilha, juntamente com seus filhos, seriam tratados como simples escravos, a menos que tivessem um contrato de prestação de serviços que afirmasse o contrário.²⁹

A improvisação legal de Hawley mostrou a facilidade com que a tradição inglesa de jurisprudência e a prática de delegação do governo colonial puderam adaptar-se a um novo regime de trabalho. O simples reconhecimento dos escravos e de seus filhos como propriedades deixaram várias questões para serem decididas — já que, diferentemente de outras propriedades, eles também podiam executar ou recusar ordens, ter relações sexuais e filhos com pessoas livres e daí por diante — mas estas questões adicionais podiam ser tratadas de forma empírica. A lei relativa à propriedade de gado e outros animais domésticos oferecia alguns princípios e precedentes. Confiava-se na prática para definir "os costumes da terra", eles próprios imbuídos de preconceitos sociais, e só mais tarde aprovava-se um código legal. Devido à origem dos escravos, o exemplo português e holandês pode ter influenciado na aceitação da escravidão, mas a existência da escravidão ibérica era muito mais conhecida do que os detalhes de suas leis relativas aos escravos. Em 1643, mercadores holandeses chegaram a Barbados com uma carga de cinquenta prisioneiros portugueses oriundos da guerra no Brasil, e os puseram à venda. Phillip Bell, governador na época, sentiu-se embaraçado e proibiu a venda.³⁰

Se os legisladores coloniais procurassem juristas ingleses em busca de orientação sobre trabalho forçado, encontrariam relatos de vassalagem — embora, como vimos no Capítulo I, esta condição servil tenha desaparecido cerca de duzentos anos antes. Ao consultar o abrangente *Institutes of the Laws of England*, de Sir Edward Coke, publicado em 1628 e várias vezes reeditado, encontrariam uma defesa da legitimidade da propriedade privada de pessoas que é um eco direto da *jus gentium*, ou lei romana das nações: "pois foi ordenado pela Constituição das Nações (...) que aquele que foi capturado em Batalha deveria permanecer ligado para sempre a quem o aprisionou, e este poderia fazer com ele tudo o que lhe ocorresse, conforme seu Desejo e sua Vontade, como com seu Animal ou qualquer outro tipo de Gado, para dar ou vender ou matar." Coke explicava que posteriormente os reis atribuíram a si mesmos o direito de matar, por causa da crueldade de alguns nobres, mas que, fora isso, o cativo estava inteiramente sujeito ao seu senhor. Ele também observava: "É certo que o Cativo, ou Servidão, foi aplicado de início pela desonra dos pais; pois Cam, o Pai de Canaã (...) ao ver a Nudez de seu Pai Noé, e expondo-a ao ridículo junto a seus Irmãos, foi portanto punido em seu Filho Canaã com o Cativo." A posição de Coke estava de acordo com a de religiosos como R. Wilkinson, que acrescentou que "a semente maldita de Cam (...) teve, como marca do pecado de seu pai, a cor do inferno lançada sobre seus rostos."³¹ Além disso, o comércio de escravos da África e o costume ibérico da escravidão estavam registrados na compilação dos relatos de viagens de Richard Hakluyt, que, juntamente com *Purchas His Pilgrimes*, de Samuel Purchas, muito contribuiu para divulgar e moldar projetos de colonização. As atividades negreiras de John Hawkins eram narradas como alguma coisa entre descoberta heróica e aventura picaresca, com seus companheiros menos afortunados sendo escravizados por espanhóis. A percepção da diferença racial pelos ingleses era mais aguda que a dos espanhóis e portugueses, principalmente em relação a pessoas de cor. Os ibéricos estavam mais familiarizados com os africanos, e eram mais atentos às diferentes nuances e condições dos descendentes, inteira ou parcialmente, de africanos; a tradição das *Siete Partidas* permitia o surgimento de um grupo relativamente grande de mulatos e alguns negros livres. Nos primeiros anos da escravidão nas *plantations* do Caribe inglês, houve também uma concentração muito grande de negros em trabalhos braçais, e muito poucos eram admitidos nas funções de responsabilidade ou autonomia que às vezes eram atribuídas a escravos na América espanhola. Nas colônias caribenhas havia muito trabalho desagradável a ser feito e até os brancos de coração mais sensível aceitariam com gratidão um sistema escravista que lhes permitisse livrar-se aos poucos das tarefas indesejadas. Esta variante mais cruel de escravidão racial já estava firmemente estabelecida na década de 1660, e

exercer influência direta sobre as colônias inglesas da América do Norte em que havia um número expressivo de escravos. O senso inglês de propriedade privada, aguçado pelo surgimento das relações capitalistas de mercado, pôs a ênfase no escravo como gado e ocultou quase por completo a noção de que o escravo era um ser humano.

Os puritanos, que tiveram papel tão grande na colonização inglesa, tendiam a procurar sua deusa na Bíblia, que com certeza aprovava a servidão, como já vimos. A convicção de que viver pelo suor do rosto faz parte do destino das criaturas humanas poderia desestimular a escravização do próximo para viver no luxo e na ociosidade — mas o fazendeiro trabalhador e aplicado seria um instrumento dos propósitos divinos. O orgulho e a auto-estima protestantes também foram muito importantes na construção da sociedade colonial inglesa, e poderiam facilmente estimular o exclusivismo étnico-religioso. Assim, o reverendo William Symonds, um dos religiosos mais ligados à povoação da Virgínia, avisou:

Além dos argumentos usados por Deus para convencer Abraão a deixar seu país, a ida para uma plantação cristã pode render muitas lições abençoadas. Deus fará dela uma grande Nação. E então a posteridade de Abraão deverá manter-se por si mesma. Não devem casar-se com pagãos, que não sejam circuncidados. E isso é tão claro, que daí nasceu a lei do casamento dentro do mesmo grupo. Os que descumprirem esta regra podem destruir todas as conquistas desta viagem, mas se mantiverem o temor a Deus, poderão se transformar numa nação terrível para todos os inimigos de Cristo e louvada por toda esta parte do mundo. (...) ³³

Os colonos ingleses desconfiavam da conversão dos índios e acreditavam que as mães índias jamais criariam seus filhos de forma verdadeiramente cristã. De fato, depois do entusiasmo inicial só foram feitas tentativas rotineiras para converter os nativos americanos, não porque suas crenças fossem respeitadas, mas porque eles e seu modo de vida passaram a ser considerados irremediavelmente pagãos. John Rolfe teve de lutar para vencer os preconceitos contra o casamento com mulheres diferentes, que considerava inspirados na Bíblia, antes de casar-se com Pocahontas. Alguns escritores ingleses argumentaram que muitos dos problemas do esforço de colonização da Irlanda nasceram da aceitação de esposas, ou mesmo babás, nativas. Assim, Edmund Spenser alertou: “a criança que suga o leite da ama deve, necessariamente, aprender com ela suas primeiras palavras, as quais, sendo as primeiras com que sua língua se acostuma, tornam-se daí por diante as que lhe são mais agradáveis. (...) Pois, além disso, as crianças pequenas são como macacos, que tentam imitar o que vêem ser feito à sua frente, especialmente por suas mães, a quem tanto amam. Assim, elas

traem para dentro de si ao mamar até mesmo a natureza e a personalidade de suas mães, pois a mente segue em muito a temperatura do corpo (...) e assim, sendo a fala irlandesa, o coração terá de ser irlandês.” ³⁴

Os ingleses chegaram a se considerar protetores dos povos indígenas contra a ganância espanhola. As primeiras colônias na América do Norte conseguiram manter uma coexistência incômoda mas bastante pacífica com os índios, principalmente porque as povoações eram pequenas e inseguras o bastante para sentirem necessidade da ajuda e da boa vontade dos índios. Mas, ao se expandirem, houve cada vez mais tensões e choques, à medida que as comunidades indígenas resistiam à perda da terra em que caçavam e dos rios onde pescavam. A arrogância condescendente de muitos colonos transformava-se em ferocidade ofendida se os índios se punham contra eles. Tanto na Virgínia como em Massachusetts, isto criou oportunidades para que submetessem os índios à escravidão, o que, no entanto, pouco contribuiu para a mão-de-obra local. Assim, depois do massacre dos pequenos em Massachusetts, dezessete sobreviventes deste povo indígena foram enviados para fora da colônia em 1638 e vendidos como escravos na Ilha da Providência — o capitão que comandou a viagem voltou, segundo o importante colono de Massachusetts John Winthrop, com “algodão, tabaco, negros etc.” Embora não se saiba o que foi feito destes negros, sua condição na Nova Inglaterra deve ter sido mais ou menos a de servos, embora sob um contrato longo ou indefinido. ³⁵

Numa carta a John Winthrop alguns anos depois, Emanuel Downing, agora dirigente da Massachusetts Company, ariscou a seguinte reflexão:

Se no caso de uma Guerra Justa [com os nativos] o Senhor os entregar em nossas mãos, poderemos ter facilmente homens, mulheres e crianças suficientes para trocá-los por mouros, que serão pilhagem mais lucrativa para nós do que podemos conceber, pois não vejo como poderemos trabalhar sem conseguir um estoque suficiente de escravos para fazer todo o trabalho, pois os filhos de nossos filhos dificilmente verão este grande continente cheio de gente, e nossos servos ainda desejam a liberdade para plantar para si mesmos, e só ficarão por salários muito altos. E suponho que sabes muito bem que é mais barato manter 20 mouros do que um servo inglês. Esses navios que tratou mouros podem voltar para casa carregados de sal, o que deve representar a maior parte da carga, se não toda ela. (...) ³⁶

Embora esta proposta em particular fosse impraticável, parte do raciocínio por trás dela ajuda a lançar luz sobre o pensamento dos investidores ingleses. Tanto Downing como Winthrop tinham ligações no Caribe e buscavam um papel no desenvolvi-

mento geral da América inglesa. Não vendo perspectiva de encontrar servos ou trabalhadores assalariados em quantidade suficiente para as *plantations*, muitos proprietários da América inglesa tinham o mesmo desejo de Downing de encontrar trabalhadores não-livres.

A maioria dos colonos de Massachusetts sentia-se pouco à vontade com a perspectiva de importar escravos. Em 1641, a seguinte resolução desastrosa foi aprovada pela Corte da colônia:

Nunca deverá existir escravidão, vassalagem ou cativo entre nós, a menos que sejam Cativos legais de Guerras Justas, (e aqueles estrangeiros) que por vontade própria vendam a si mesmos ou nos sejam vendidos, e deverão ter as liberdades e os costumes cristãos que a Lei de Deus estabeleceu em Israel em relação àquilo que essas pessoas moralmente necessitam; contanto que isto não exima ninguém da servidão, que deverá ser quanto a isto julgado pela Autoridade.⁷⁷

Embora esta resolução permitisse a entrada de escravos, parece prometer-lhes "liberdades e costumes cristãos". Alguns anos depois, a mesma Corte teve de deliberar a respeito do caso de um carregamento de africanos levados para a colônia e que alegaram ter sido capturados com violência — um intérprete africano que fora vítima do mesmo destino defendeu a sua causa. O resultado foi a seguinte declaração:

A Corte Geral, considerando-se obrigada na primeira oportunidade de testemunhar contra a crueldade e o pecado gritante do roubo de homens, como também a prescrever a reparação tão oportuna do que se passou, e tal lei para o futuro possa impedir todos os pertencentes a nós de agir de forma tão vil e muito odiosa (...) ordena que o intérprete negro, com outros ilegalmente aprisionados seja, na primeira oportunidade (à custa da terra, por enquanto) enviado à sua terra natal de Giny [Guiné].⁷⁸

Em Massachusetts nunca se importou um número grande de escravos, e os poucos que ali chegaram vinham de outras colônias inglesas onde sua condição de escravos já havia sido legitimada. Com o tempo, os mercadores da colônia passariam a ter papel importante no fornecimento de provisões e escravos para as colônias de *plantation*. As noções raciais dos ingleses e a disposição dos colonos mais poderosos de comprar escravos eram geralmente as mesmas nas várias colônias. Mas em Massachusetts, e na Nova Inglaterra como um todo, não havia grande produção agrícola. Sem a demanda dos fazendeiros por mão-de-obra escrava e o domínio dos conselhos pelos donos de *plantations*, o ponto de vista antiescravista era às vezes aceito. As resolu-

ções citadas acima refletem estas diferentes circunstâncias. O antiescravismo popular era alimentado — se é que podemos nos basear nessas resoluções — mais pelo medo da lógica da escravização do que pelo simples sentimento racial, embora este não estivesse ausente. Vale lembrar que os escravos representavam pelo menos um décimo da população da vizinha colônia holandesa de Nova Holanda, que também não tinha um produto agrícola importante. Mas a Nova Holanda era administrada de forma autocrática por Peter Stuyvesant e outros ricos traficantes de escravos; o tipo de dissidente religioso que faria restrições à escravidão fora excluído — primeiro, de qualquer lugar no governo, e depois, da própria colônia.⁷⁹ Em 1652, os colonos de Rhode Island, cujos navios tinham muitos contatos com o Caribe, decidiram que "humanidade negra ou branca" não devia ser mantida por mais de dez anos em servidão, ou acima da idade de vinte e quatro anos, caso tivessem sido comprados com menos de catorze. A explicação mais provável para esta resolução é que a maioria dos colonos não desejava ver os homens mais poderosos trazendo grande número de escravos, com os quais poderiam dominar seus vizinhos.⁸⁰

Na Virgínia, a cultura do tabaco criou uma demanda intensa de mão-de-obra, e os líderes da colônia eram muito menos sensíveis à massa de colonos do que os de Massachusetts. Os primeiros cativos africanos provavelmente foram tratados como servos involuntários, como os condenados, já que não tinham um contrato. Mas em alguns casos a bondade ou a morte de um proprietário podem ter criado a oportunidade de negociar a liberdade. "Antônio, o Negro", vendido como escravo em 1621, sobreviveu para tornar-se, em 1650, Anthony Johnson, homem livre, casado com uma africana e proprietário de cabeças de gado e de 250 acres de terra. Alguns escravos africanos conseguiram acumular os recursos necessários para comprar sua liberdade, cultivando um pedaço de terra aos domingos ou guardando prêmios ou recompensas recebidas de seus donos. Francis Payne acumulou 1.650 libras de fumo, que usou para comprar sua liberdade. Durante algum tempo, afro-americanos livres puderam entrar com processos na Justiça e portar armas na milícia local. Em 1656, uma mulher negra casou-se com um colono branco.⁸¹ A chegada de grande número de servos contratados significava que muito poucos escravos foram comprados na Virgínia até depois de 1661. Pretendentes a importadores podem ter sido detidos por dúvidas sobre a condição dos escravos africanos, que eram às vezes considerados merecedores da liberdade depois de um intervalo de tempo razoável e no caso de se tornarem cristãos.

O destino do servo na Virgínia era mais brando do que em Barbados, e havia melhores oportunidades no fim do período de servidão. Em todas as colônias do Caribe os fazendeiros tinham muito poder e estavam sujeitos apenas à opinião de

seus pares. Na Virgínia, o surgimento de uma população livre de ex-servos ajudou a criar certas restrições: no fim de seus contratos, os servos das Índias Ocidentais costumavam partir para as colônias do continente porque era mais fácil encontrar boas oportunidades por lá. O crescimento do açúcar no Caribe também exigiu, ou permitiu, um regime de trabalho mais árduo do que o necessário para o cultivo do tabaco. Mas, em princípio, todos os servos trabalhavam do nascer ao pôr-do-sol e eram submetidos a punições cruéis se desobedecessem aos seus senhores ou tentassem fugir. Surras, ampliação do tempo de serviço, mutilações e marcas com ferro em brasa eram distribuídas como castigo entre os servos recalcitrantes.

Segundo uma lei de 1642 na Virgínia, os servos que fugissem deveriam trabalhar o dobro do tempo — se repetissem o crime, deveriam ser marcados com um R na bochecha. Na teoria, poderiam apelar aos magistrados contra excessos de violência ou violações de seu contrato, mas os próprios magistrados eram também proprietários. Fazendeiros particularmente violentos poderiam ser repreendidos pelos vizinhos, mas a condição do servo continuava muito vulnerável.⁴² Outro fator restritivo era que relatos de maus-tratos a servos iriam desestimar a assinatura de novos contratos de servidão. Os plantadores de Barbados criaram em 1652 uma Lei do Senhor e do Servo, que supostamente oferecia algumas garantias a ambas as partes, mas admitia-se que os fazendeiros podiam ser muito opressores e negligentes. Servos ingleses encontraram várias doenças novas e graves no Caribe, como a febre amarela. Os fazendeiros não costumavam mostrar-se dispostos a cuidar de servos doentes, e a legislação de Barbados admitia que houve casos de “morte intencional” de servos adoentados “em toda parte da colônia”.⁴³

A chegada de muitos escravos africanos não amenizou, de início, o destino dos servos de Barbados e da Virgínia. Assim, em 1657, foi criada em Barbados uma lei que impedia os servos de saírem da *plantation*, a menos que levassem um bilhete de permissão de seu proprietário. A roupa dos servos era caracteristicamente escassa e sem cor, para facilitar sua identificação. Mas o sistema mostrou que era falso quando foram descobertos bilhetes falsificados. A tentativa de controlar o movimento dos servos foi considerada necessária em parte por causa das atividades sediciosas dos servos irlandeses — a maioria deles havia sido enviada à colônia como prisioneiros condenados a trabalhos forçados por dez anos, e não sob o sistema de servidão voluntária. Em 1657, o governador alertou que “vários pertencentes à nação irlandesa, homens livres e mulheres” estavam lutando para sequestrar a revolta entre os servos irlandeses e, assim, era necessária uma vigilância severa. Em 1657, o capitão Edward Thomson, comandante da milícia e um dos vários irmãos de Maurice Thomson, relatou que seus homens haviam encontrado “diversos negros rebeldes e

fugidos escondidos na mata e em outros lugares secretos”. Os escravos também tinham de levar passes. Como observou Hilary Beckles, os métodos de controle da mão-de-obra criados para os servos foram logo aplicados aos escravos africanos.⁴⁴

Durante a maior parte do século XVII, um servo sob contrato podia ser comprado mais ou menos pela metade do preço de um escravo africano. Havia razões culturais e econômicas para considerar satisfatória a mão-de-obra dos servos, contanto que houvesse quantidade suficiente de servos disponíveis. O pequeno agricultor, ao fazer a primeira compra de um servo ou escravo, tomava a decisão de dividir sua vida com esta pessoa; o sentimento racial, ou um senso de exclusividade étnico-religiosa, poderia levar à decisão de escolher o mais familiar, principalmente se houvesse uma boa razão econômica para fazê-lo. Sabia-se que o servo contratado voluntário ficava preso ao trabalho por apenas três, cinco ou sete anos. Ainda assim, isso poderia ser compensador, já que: 1. as taxas de mortalidade de recém-chegados, fossem servos ou escravos, eram tão altas que, de qualquer modo, o fazendeiro só poderia contar com poucos anos de serviço — e investir em quatro servos em vez de em dois escravos pulverizava o risco; 2. os fazendeiros conheciam a língua e os hábitos dos servos brancos, e poderiam fazê-los trabalhar mais do que no Velho Mundo; 3. através do trabalho de escravos africanos “estrangeiros”, cujas habilidades eram desconhecidas, era um desafio maior; 3. os servos eram não apenas mais baratos que os escravos, mas era mais fácil comprá-los a crédito, já que as dificuldades, o custo e o risco diretos de trazê-los eram bem pequenos para o comerciante que os comprava — os escravos africanos tinham de ser adquiridos em troca de um gasto em mercadorias numa viagem triangular muito mais longa e arriscada.

É claro que o peso dessas considerações mudou quando as *plantations* cresceram, os servos ficaram mais escassos e difíceis de controlar e os mercados do norte da Europa passaram a aderir ao comércio africano. Os plantadores do Caribe inglês começaram a recrutar mão-de-obra predominantemente de escravos africanos já nas décadas de 1640 e 1650 — uma mudança que só ocorreu de forma ampla na Virgínia ou em Maryland no fim do século. A explosão açucareira do Caribe inglês na década de 1640 e nos anos posteriores criou uma demanda tão grande de mão-de-obra que o fornecimento de servos não era suficiente. Os que montavam uma propriedade de açúcar tinham abundantes recursos financeiros, e aprenderam com os mercadores e produtores holandeses e cristãos-novos as vantagens da mão-de-obra africana.

Os proprietários de *plantations* de açúcar em Barbados adquiriram escravos africanos apenas para ampliar sua mão-de-obra e aumentar a produção. Ao contrário do fazendeiro da Virgínia, não iam morar na mesma cabana com os que trabalhavam

em seus campos. Num período bastante curto, permitiram que os escravos africanos, embora caros, constituíssem grande parte de sua mão-de-obra. Os escravos africanos talvez tivessem uma expectativa de vida ligeiramente superior à dos servos ingleses, por serem menos vulneráveis a algumas das doenças comuns no Caribe. O custo de manutenção dos africanos era geralmente mais baixo — por causa das roupas mais baratas e porque já estavam acostumados com o auto-sustento. Os escravos africanos conheciam melhor a agricultura tropical e, sem perspectivas de liberdade, tinham mais motivo para se conformarem com sua condição. Com o tempo, os produtores de açúcar também passaram a valorizar o fato de que a habilidade de seus escravos nas tarefas complexas deles exigidas acumulava-se para benefício de seus donos, em vez de perder-se em poucos anos. Mas o fato de os produtores caribenhos descobrirem estas e outras vantagens da compra de escravos não significou que tenham deixado de pedir carregamentos de servos ingleses. A pressão para encontrar mão-de-obra extra, inglesa ou africana, era constante, porque a expectativa de aumentar a produção parecia não ter limites.

Os produtores de Barbados compraram em meados do século africanos e ingleses para trabalhar no campo. Empregados assalariados ajudavam a administrar a *plantation*, mas às vezes um servo inglês sob contrato era promovido a esses cargos, e ocasionalmente era possível encontrar africanos no trabalho especializado da fabricação de açúcar. Quanto aos servos, os administradores das *plantations* preferiam os escoceses e ingleses aos irlandeses, por serem mais fáceis de controlar, mas, se fosse necessário, admitiriam até servos "papistas". Assim como os escravos, os servos eram um tipo de propriedade e seu valor era expresso em quantidades de fumo ou açúcar, de acordo com o tempo restante de sua servidão. Podiam ser penhorados ou hipotecados como as terras, e eram inventariados como gado. Uma propriedade vendida pelo capitão Hawley ao capitão Skeetle em 1640 descrevia da seguinte forma os "bens móveis e imóveis" com sua avaliação em termos de algodão: "40 porcas (12.000 lb. de algodão), 160 leitões (5.150 lb. de algodão), 2 porcos (3.000 lb. de algodão), 1 cavalo (700 lb. de algodão), 6 burros (3.600 lb. de algodão) e 28 servos (26 machos, 2 fêmeas) (7.350 lb. de algodão)".⁴³ Ao serem embarcados, os servos eram cotados como "fretes", com os menores de idade sendo "meios-fretes".

Os homens correspondiam a quase três-quartos dos servos sob contrato enviados para as colônias inglesas no século XVII. Os que embarcavam e compravam servos preocupavam-se principalmente em não adquirir uma serva grávida. Mulheres e meninas eram às vezes sujeitas a exames médicos invasivos antes do embarque; se achassem que estavam grávidas, não seriam compradas. O dono da *plantation*

não queria ver a mão-de-obra que comprara alastrada do trabalho pela gravidez, pelo parto, pela amamentação e pelo cuidado dos bebês. As servas que engravidavam na colônia e os homens envolvidos — livres ou não — estavam sujeitos a sanções com o objetivo de compensar o prejuízo do fazendeiro e de servir de exemplos para outros. As servas não podiam casar-se, a menos que obtivessem permissão de seu senhor. No entanto, havia considerável escassez de mulheres, e assim as servas, especialmente no continente, conseguiam muitas vezes encontrar um marido que lhes comprasse a liberdade. O proprietário de uma *plantation* da Virgínia escreveu em 1649 sobre as servas:

se vierem de família honesta e tiverem boa reputação, podem procurar e escolher maridos entre a melhor espécie de gente. Já recebi muitas, mas nunca pude manter nenhuma por muitos meses em minha *Plantation*, exceto uma pobre e tola Moça, cujo comportamento levava compensava a falta de beleza, e mesmo assim um jovem Rapaz honesto desejou tê-la, e sendo ainda muito jovem e não tendo força suficiente para pagar-me o preço que cobrei pela roupa e pelo transporte, contentou-se em servir-me por um ano em troca da esposa.⁴⁴

Mulheres e meninas constituíam quase um terço dos escravos africanos levados para as colônias inglesas no século XVII. É provável que os plantadores preferissem menos escravas, já que a maioria delas via pouca vantagem numa escrava grávida, assim como na serva grávida. As escravas costumavam ter preço mais baixo que os escravos. Embora os filhos das escravas, se sobrevivessem, fossem aumentar o valor do conjunto de escravos, este era um investimento arriscado e de longo prazo. A maioria dos donos ingleses de *plantations* no século XVII tentava recuperar seu investimento em cinco anos ou menos, devido às incertezas da época. As escravas eram obrigadas a trabalhar no campo, embora isso fosse menos comum para as servas, geralmente ocupadas com tarefas na sede da *plantation* ou perto dela.

Guerra Civil: império e servidão

O crescimento das *plantations* açucareiras em Barbados continuou apesar da deflagração da Guerra Civil na Inglaterra. Na verdade, a distração da metrópole acabou permitindo na prática o livre comércio em suas colônias caribenhas. Pretendentes rivais ao título de propriedade das ilhas apelaram ao rei e ao Parlamento, mas só conseguiram minar as pretensões uns dos outros. Em 1643, a Assembleia de Barbados

declarou que dali em diante não pagariam arrendamento a nenhum proprietário; durante uma década, os donos de *plantations* gozaram de autonomia tática. Seus representantes tentaram manter-se neutros entre o Parlamento e o rei, insistindo apenas que sua riqueza crescente os tornava mercedores de consideração e representação especiais, talvez seguindo o modelo de uma grande municipalidade. Havia três fontes principais de preocupação para os donos de *plantations*: 1. por causa da confusão a respeito da propriedade da colônia, os títulos da terra não eram confirmados; 2. o governo e os mercadores ingleses podiam tentar restringir o comércio com os holandeses; 3. os donos de *plantations*, em desvantagem numérica diante de uma população recém-importada de servos contratados e escravos, sentiam necessidade de um regime colonial que lhes garantisse autoridade e segurança. As várias facções davam pesos diversos a estes problemas, ou optavam por soluções diferentes. A maioria dos produtores parece ter preferido um ou outro dos pretendentes à propriedade das ilhas, contando que o escolhido, fosse ele quem fosse, estivesse pronto a garantir os títulos de terra e a defender os interesses da colônia frente ao governo. Por outro lado, alguns produtores, inclusive os mais ligados aos mercadores ingleses, estavam prontos a aceitar o governo direto de Londres, no interesse de maior estabilidade e segurança, mesmo que à custa de restrições comerciais.

Os alinhamentos políticos em Barbados durante o período da Guerra Civil e da Restauração inglesas relacionam-se de forma curiosa com a política da metrópole. Assim, Barbados tinha um grupo influente de donos de *plantations* ligados aos "novos mercadores" da City e a destacados representantes da causa parlamentar. Maurice Thomson, que teve papel importante na elaboração da política colonial e comercial da Commonwealth como membro do Commons Committee on Trade and Plantations (Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações), tinha vários clientes em Barbados.⁴⁷ Outros muito ligados à causa parlamentar e conselheiros íntimos de seus líderes eram James Drax, provavelmente o primeiro dono de *plantation* a produzir açúcar; Stephen e Thomas Noel, irmãos do influente "novo mercador" Martin Noel; Thomas Kendall, merceiro londrino que também possuía uma *plantation* em Barbados; e John Bayes, dono de *plantation* e sócio de Bradshaw, presidente do Conselho de Estado. Mais ambivalentes em suas simpatias, mas igualmente influentes, eram James Modyford, que lutou pelo rei mas depois emigrou para Barbados onde, como primo do general Monck, teve papel fundamental tanto na Commonwealth quanto na Restauração; William e Thomas Povey, mercadores e funcionários públicos; e Anthony Ashley Cooper, futuro conde de Shaftesbury, dono ausente de *plantation* em Barbados com vivo interesse em projetos coloniais. Finalmente, é preciso mencionar Lord Francis

Willoughby, duas vezes governador da ilha, que lutou contra o rei mas posteriormente tornou-se exemplo da causa da Coroa no Caribe.

Os "novos mercadores" tinham operado principalmente no comércio de fumo e açúcar, mas isto não significava que os donos de *plantations* em Barbados estivessem satisfeitos com a crescente influência destes homens na metrópole. Muitos novos mercadores de Londres e Bristol esperavam com ansiedade que as colônias inglesas fossem impedidas de negociar com seus principais rivais, os holandeses; eles poderiam insinuar que, para o governo, seria mais fácil taxar o comércio americano se houvesse um monopólio colonial. O Ato de Embargo de 1650 e o Ato de Navegação de 1651 inspiraram-se neste ponto de vista. Parece que foi esta ação que criou um sistema colonial inglês, no qual os colonos eram obrigados a remeter sua produção para a Inglaterra em navios ingleses, o que levou os donos de *plantations* de Barbados, ou uma parte deles, a um monarquismo tardio em 1650. Em maio de 1650, a Assembleia Geral reconheceu Lord Francis Willoughby, representante do conde de Carlisle, como governador, e expulsou os produtores mais abertamente identificados com a causa parlamentar. Willoughby havia rompido com o Parlamento e se aliara à causa monarquista mais ou menos na época da execução do rei, em 1649. A facção dominante dos donos de *plantations* estava pronta a aceitar um representante do proprietário, contanto que este lhes garantisse as terras, a segurança e a independência administrativa. Embora os boatos sobre a proximidade dos piratas do príncipe Rupert tenham dado coragem aos monarquistas de Barbados, as declarações da assembleia de produtores deixaram aberta a possibilidade de negociação com o governo de Londres. Esta entidade supostamente "monarquista" exigiu representação na metrópole, declarando: "Devemos nos submeter ao governo e à autoridade de um Parlamento no qual não temos representantes nem pessoas escolhidas por nós?"⁴⁸

Willoughby percebeu que só teria o reconhecimento dos donos de *plantations* caso se transformasse no representante de suas exigências, demonstrando vontade de negociar e garantir a boa ordem. Nas condições incertas criadas pela vitória da Commonwealth, muitos produtores de Barbados temiam que seus servos contratados tentassem escapar da servidão. Nos primeiros dias da colônia, os principais donos de *plantations* tinham prendido e executado um governador que tentara mobilizar servos descontentes contra eles. Em 1649, dezoito servos foram considerados culpados de conspirar contra seus senhores, e executados; em maio do ano seguinte, 122 não-conformistas e outros considerados como ameaça à paz foram deportados. Os produtores pró-Parlamento, que também foram expulsos, eram homens ricos

cujas propriedades eram cultivadas mais por escravos do que por servos, o que deve tê-los deixado menos temerosos de uma rebelião servil.

Willoughby e o Conselho de Barbados podem ter alimentado esperanças de fazer um acordo com o governo de Londres; indicariam como seu agente lá o irmão de um regicida. Também podem ter esperado que a riqueza e a vulnerabilidade das *plantations* deixassem Londres cautelosa. O Conselho de Estado anunciou o embargo imediato de Barbados, e despachou para lá uma grande expedição naval em 1652. O comandante da expedição tinha ordens de cercar a ilha e enviar à terra grupos de ataque, mas devia estar pronto para conceder uma rendição negociada assim que Willoughby renunciasse. A milícia de Barbados, na qual vários colonos haviam lutado em servir, foi derrotada no único combate importante. Afinal Modyford, emigrado realista e parente de Monck, organizou uma missão de paz que entregou Barbados às forças da Commonwealth em janeiro de 1652.

Durante a Commonwealth, os interesses do comércio colonial foram defendidos de forma mais vigorosa do que nunca. O Ato de Navegação exigia que tudo o que a colônia importasse da Inglaterra ou exportasse para lá fosse transportado em navios ingleses. No entanto, permitia ainda, em princípio, o comércio direto entre as colônias e a Europa, embora este último tenha sido interrompido pela guerra com a Holanda em 1652-54. A política militar e colonial da Commonwealth foi muito influenciada pelo que veio a chamar-se "complexo de intrmissão colonial", envolvendo homens como Maurice Thomson e outros membros do Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações. Uma nova e poderosa marinha foi organizada para defender os interesses comerciais ingleses. Aconselhado, entre outros, por Thomas Modyford, Cromwell declarou guerra à Espanha e adotou o "Plano Ocidental" de conquistar mais território no Novo Mundo. Uma grande expedição foi enviada ao Caribe e capturou a ilha quase desabitada da Jamaica em 1655. A guerra com a Espanha abriu novas oportunidades para a pirataria.

A nova marinha recorreu aos capitães da marinha mercante, principalmente aos que se dedicavam ao comércio com as Américas, para substituir muitos comandantes navais que eram partidários do rei. Foi oferecido a marinheiros experientes um salário de 24 *shillings* (1,2 libra) por mês. Isso era menos do que os piratas ofereciam, mas equivalente ao salário básico em terra — os marinheiros tinham poucas despesas a bordo e a possibilidade de ganhar sua parte nos saques. Os riscos da vida no mar ainda tornavam difícil o recrutamento, e assim recorreu-se ao engajamento forçado, ou seja, ao alistamento involuntário de marinheiros por bandos errantes de recrutadores. A paga de marinheiros forçados era um pouco menor do que a dos

marinheiros experientes, e as condições de serviço, menos favoráveis. Em 1654, um grupo de marinheiros na frota do Canal da Mancha apresentou uma petição reivindicando melhores condições de vida dos homens do mar, e afirmando que o engajamento forçado era um tipo de "escravidão e servidão", "incoerente com os princípios da liberdade". Os funcionários do governo debateram o tema e decidiram apoiar a petição por 21 votos a 4, com o aval do vice-almirante John Lawson, ligado ao *leveler** John Wildman. Estes acontecimentos ameaçaram atrasar a expedição às Índias Ocidentais, mas a distribuição de prêmios aos marinheiros, promessas de estudar suas exigências e a mobilização patriótica — com a guerra se aproximando — criaram condições para a partida da frota.⁴⁹

Embora a Commonwealth tenha reafirmado o controle da metrópole sobre o comércio colonial e apoiado os projetos dos "novos mercadores", não quis se envolver no papel da escravidão africana na nova ordem de coisas. Embora alguns líderes puritanos tenham investido proveitosamente em *plantations* escravistas e no tráfico de escravos, outros tinham dúvidas quanto à justificativa da escravização permanente. Se o Parlamento dos Santos fora persuadido a aceitar a escravidão, deveria tê-la sobrecarregado de condições desagradáveis para o dono dos escravos. Na atmosfera acentuatadamente política da época, a condição mais execrada era a do escravo, e ser um senhor de escravos não era muito melhor.⁵⁰ Até — ou talvez principalmente — os líderes da Commonwealth, eles próprios envolvidos com a economia escravista, evitavam alardear o fato e legislar a favor da escravidão.

O eminente erudito Sir Thomas Browne, em seu importante livro *Vulgar Errors* (1646), publicou uma crítica da noção de que os negros tinham pele escura por causa da maldição de Noé e que por isso foram condenados à escravidão. O capítulo de Browne sobre este tópico demonstra competente conhecimento bíblico, que mais provavelmente impressionaria do que ofenderia radicais religiosos. Ele conclui: "embora os homens afirmem que esta cor [isto é, a pele escura] seja uma maldição, não posso perceber a propriedade do nome, já que a eles não parece que seja assim, nem seja razoável para nós". Ele também considera que a beleza humana pode ser encontrada tanto nos negros quanto nos brancos e, quanto ao preconceito contra judeus, apresenta o alerta geral de que é "um ponto perigoso impor propriedade constante sobre qualquer Nação".⁵¹ No entanto, a depreciação contínua dos africanos era evidente no mote do grande desfile do Lord Mayor de 1657, em que dois mouros cavalgavam um leopardo enquanto o seguinte verso era can-

* *Leveler* ou nivelador: membro de um grupo radical organizado durante a Guerra Civil inglesa para defender a igualdade política e a tolerância religiosa. (N. do T.)

tado: "The ill-complexion'd Affrican into your Breast/Poures forth his Specie Treasure Chest".¹²

Os líderes parlamentares agiram com cautela em relação ao envio de servos irlandeses para as colônias agrícolas. Depois da derrota das forças monarquistas da Irlanda, milhares de prisioneiros irlandeses foram mandados para a América. A perspectiva de receber mais condenados irlandeses alarmou a Virgínia "até que se garanta que eles não serão levados para onde possam representar perigo".¹³ As autoridades da Commonwealth, que haviam planejado uma expropriação devastadora dos senhores de terras católicos, pensaram que seu projeto exigia a deportação do grande volume de prisioneiros para eliminar o perigo da futura resistência. Mas em vez de enviar todos, ou pelo menos a maioria, dos cativos irlandeses para as *plantations* nas colônias, o governo britânico conseguiu que cerca de trinta e cinco mil irlandeses fossem vendidos como soldados, por intermédio de agentes, para a Espanha e para outros exércitos europeus. Esta transação extraordinária pode ter correspondido à noção puritana de que os católicos da Irlanda eram na verdade agentes do rei espanhol, mas, devido à probabilidade de guerra com a Espanha, este foi um procedimento muito estranho. O Comité do Conselho de Estado adotou um comportamento mais prudente em relação ao recrutamento de mão-de-obra para as colônias, dando prioridade aos jovens. Pediu a Henry Cromwell, comandante em Dublin, que fosessem arranjados mil "raparigas jovens" e mil "rapazes" para embarque. Henry Cromwell escreveu: "Quanto às mulheres jovens, embora tenhamos de usar a força para levá-las, mesmo sendo para seu próprio bem, e capaz de trazer grande vantagem pública, não há a menor dúvida de que tercis essa quantidade delas para agirdes como achardes melhor a este respeito." Sobre os rapazes, ele observou adiante: "quem sabe, mas pode ser um meio de torná-los ingleses, ou seja, bastante cristãos".¹⁴

Depois de sufocada uma revolta em Salisbury em 1655, cerca de setenta monarquistas ingleses foram também deportados para as *plantations*, onde foram vendidos como servos aos fazendeiros. Este procedimento foi depois condenado no Parlamento, quando algumas das vítimas conseguiram enviar de volta um panfleto atacando a "escravidão" a que estavam submetidos. Vários deles foram vendidos a Martin Noel, e trabalhavam doze horas por dia em seu engenho de açúcar. Um debate parlamentar de 1659 reproduziu os clamores de republicanos e monarquistas para dar fim a um cenário tão vergonhoso da liberdade inglesa. Um membro republicano do Parlamento alertou que em breve os Roundheads* também poderiam ser

vítimas desses procedimentos autoritários: "Nossos ancestrais nos fizeram homens livres. Se tivermos de impor a nossos filhos a escravidão, seremos os mais desprezíveis de todos os homens."¹⁵

As restrições comerciais impostas às colônias provocaram o apoio ao rei por parte de muitos donos de *plantations* da Virgínia, em defesa do livre comércio, exatamente como acontecera em Barbados. Enquanto Maurice Thomson e seus seguidores tentavam reforçar o monopólio da Inglaterra sobre o comércio colonial, o governador William Berkeley informou à Assembleia da Virgínia:

Podemos apenas temer os londrinos, que ficarão satisfeitos de nos deixar na mesma pobreza em que os holandeses nos encontraram e da qual nos aliviarão; tirarão a liberdade de nossas consciências e línguas, e nosso direito de dar e vender nossos bens a quem quisermos. Mas, senhores, pela graça de Deus não abandonaremos de maneira tão submissa nosso rei, e todas as bênçãos de que gozamos sob seu governo.¹⁶

Instrado por Thomson, William Claiborne e outros líderes dos "novos mercadores", o Parlamento inglês enviou uma expedição para forçar a Virgínia a obedecer a suas leis. Os fazendeiros da Virgínia prudentemente desistiram, e Berkeley renunciou ao cargo de governador. O reforço dado pela Commonwealth ao poder naval inglês — contra os holandeses assim como contra seus próprios colonos — deixou claro que a resistência seria inútil. Mas os fazendeiros da Virgínia também sabiam que a Inglaterra lhes fornecia mercado e servos. Além disso, num conflito armado com o Parlamento, eles não poderiam contar com a lealdade da massa de servos e homens livres pobres. Ainda assim, muitos virginianos importantes, como Berkeley, viram naturalmente com bons olhos a Restauração e alimentaram esperanças de que daria oportunidade ao afrouxamento do controle sobre o comércio. Berkeley foi novamente nomeado governador, e publicou um folheto em 1662 no qual atacava o regime mercantil da Commonwealth: "só podemos ficar indignados com o fato de que quarenta mil pessoas sejam empobrecidas para enriquecer pouco mais de quarenta mercadores".¹⁷ No entanto, o regime da Restauração não tolerou nenhum abrandamento do sistema colonial, já que este era agora um dos sustentáculos cruciais do comércio nacional.

Em 1660, Londres estava a ponto de ultrapassar Amsterdã como principal entreposto da Europa no comércio de produtos das *plantations*, e um volume expressivo também passava por Bristol e outros portos secundários. Em 1621, o porto de Londres registrou a importação de açúcar da Europa no valor de £83.000, e de fumo no valor de £49.000; no mesmo ano, não se importou nenhum açúcar e ape-

*"Os africanos de mau aspecto em vosso seio/Despejam o cofre do tesouro de especiarias." (N. do T.)

**Cabeças redondas: os puritanos que apoiaram o Parlamento durante a Guerra Civil inglesa eram chamados assim pelos cavaleiros parciais do rei Carlos I, numa alusão ao fato de usarem o cabelo curto. (N. do T.)

nas £14.000 de fumo diretamente da América. Em 1660, Londres não registrava mais nenhuma importação de fumo ou açúcar da Europa; a importação de açúcar das colônias foi avaliada em £256.000 e a de fumo em £69.000. O conjunto de importações feitas por Londres da produção colonial americana totalizou £334.000, de uma importação total de £330.000. O crescimento da reexportação de mercadorias coloniais era ainda mais espantoso. Em 1640, a reexportação correspondia a £100.000 de um comércio exportador que totalizava cerca de £3 milhões; em 1660, as reexportações representaram £900.000 do total de £4,1 milhões.⁵⁸

Antes da Restauração havia importantes especulações filosóficas e legais a favor do projeto colonial. A obra *Marine Classics*, de John Selden (1653), foi publicada em 1662 como *The Right and Dominion of the Sea* (*O direito e o domínio do mar*), e justificava as colônias e o comércio inglês, revendo a lei natural desde Noé. O filósofo realista Jeremy Taylor, menos discreto, publicou *Doctor Dubitandum* (1660), no qual desvinculava de forma corajosa a lei natural de qualquer embasamento obrigatório em eventos do Antigo Testamento. Ele sustentava:

O direito da natureza é uma liberdade perfeita e universal de fazer tudo o que possa me proteger ou me agradar. Pois os apetites que são fundamentais, originais e naturais levam-nos à sua satisfação, e seriam um tormento contínuo e vão caso não existissem para seu alívio o contentamento e o aperfeiçoamento. Seja o que for que desejemos naturalmente, naturalmente temos permissão de fazê-lo. (...) Portanto, para salvar minha própria vida posso matar outra pessoa, ou vint, ou cem, ou tirar de suas mãos para satisfazer-me, se estiver ao meu alcance e em meu poder; e isso para *comer, beber e ter prazeres*.

Embora fosse antipunitivo, Taylor não recomendava a libertinagem. Ele apenas insistia que, "naquelas coisas que o cristianismo não permitiu, somos deixados com nossa liberdade natural, ou *ius permixtum*", uma permissão, exceto nos casos em que nos restringimos por *contrato* ou *derrogação*.⁵⁹ Quanto à escravidão, ela não era proibida nem pelo cristianismo nem por um contrato. Taylor não a defende especificamente, mas a linha filosófica seguida por ele e por John Vaughan, futuro presidente (Chief Justice) da Court of Common Pleas, não oferecia base alguma para que se criticasse o proprietário ou o mercador de escravos, apenas uma base para o reconhecimento do direito natural da Inglaterra a seus novos prazeres. Como seu amigo Thomas Hobbes, esses homens achavam que o estado da natureza demonstrava a necessidade da soberania real, mas a opinião que tinham desta era menos sinistra; assim, o poder real irrestrito não precisava manter a sociedade civil inteiramente sob seu domínio.⁶⁰

A Restauração e a codificação da escravidão colonial

A Restauração confirmou e acentuou a política colonial e comercial da Commonwealth, e ao mesmo tempo descartou quaisquer reservas que ainda restassem a respeito da escravidão ou do comércio de escravos. Tanto as instituições da metrópole quanto as da colônia mudaram sob a Restauração para instituir formas legais de escravidão, enquanto o monarca e o Parlamento promoviam o tráfico de escravos.

Durante os últimos meses da Commonwealth, Modyford fora nomeado governador de Barbados. Ele rapidamente aceitou a Restauração e recebeu anistia de seu monarca; isso não surpreende, já que seu parente Monck era o principal instrumento da Restauração. Modyford foi substituído por Willoughby no governo de Barbados, mas logo foi nomeado governador da Jamaica, que foi declarada colônia da Coroa. Nos últimos anos da Commonwealth, a Jamaica tornara-se uma base importante dos corsários, cuja pilhagem foi avaliada em £300.000 em 1659; em pouco tempo Modyford chegou a um entendimento com esses homens. Só dois membros do Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações eram ex-defensores do rei. Um novo Ato de Navegação restringiu ainda mais a lei anterior, desta vez concedendo o monopólio dos principais ramos do comércio colonial a mercadores e navios ingleses — embora os mercadores das próprias colônias naturalmente fossem considerados ingleses. Uma meia dúzia de fazendeiros de Barbados foram sagrados cavalheiros pelo rei. Em troca da confirmação da posse das terras dos fazendeiros, e em vez de pagar arrendamento a um proprietário, exigiu-se que Barbados pagasse ao monarca direitos de 4,5 por cento sobre a exportação da colônia, parte dos quais serviriam para cobrir os custos de defesa e administração da ilha. A administração colonial no Caribe tornou-se mais eficiente e vigorosa do que fora no tempo da Commonwealth, com os governadores e alguns outros funcionários passando a ser nomeados por Londres. No entanto, os colonos ainda podiam eleger assembleias, que detinham algum poder sobre as finanças locais. As guerras com a França, a Espanha e a Holanda expuseram as colônias do Caribe a um risco especial.

As leis da Restauração relativas às realidades mundanas do trabalho forçado nas colônias incluíam o claro reconhecimento da legitimidade da escravidão de africanos. Em 1661, a Assembleia da Virgínia ampliou o reconhecimento estatutário da escravidão, tanto de africanos quanto de índios, e no ano seguinte determinou que todos os filhos de mãe escrava também seriam escravos. O Ato do Senhor e do Servo de Barbados, de 1661, pretendia assegurar a dívida subordinada dos servos contratados ingleses e, para estimular este tipo de contrato, distinguir a servidão da escravidão completa. No mesmo ano, a Assembleia de Barbados também emitiu um

"Ato para melhor ordenamento e governo dos negros". Enquanto o preâmbulo do Ato do Senhor e do Servo queixava-se de que "o desregramento, a obstinação e a rebelia dos servos" exigiam que se adotasse uma "conduta rigorosa e permanente" frente à sua "ousada extravagância", o preâmbulo do Ato "governo dos negros" descrevia estes últimos como "pagãos" e "brutos", "um tipo de gente perigosa" que tinha de ser controlada e vigiada o tempo todo. Em 1667, o Parlamento inglês aprovou pela primeira vez um "Ato para Controlar os Negros nas Plantações", declarando que tinham de ser controlados com "severidade rigorosa". No mesmo ano, as Cortes inglesas descobriram que, "sendo os negros infiéis, e súditos de um Príncipe Infel, e sendo habitualmente comprados e vendidos na América como Mercadorias, pelos costumes dos Mercadores", poderia haver "uma propriedade neles" suficiente para permitir ações indenizatórias.⁶¹

Na legislação colonial dessa época não se costumava descrever os servos como brancos, e sim como cristãos, para distingui-los dos índios e dos africanos, que eram às vezes reunidos na categoria "todos os servos que não são cristãos", embora isto não fosse exato, já que alguns africanos haviam sido batizados, na África ou na América, e se considerassem cristãos. Em 1667, em continuação às leis de 1661-2, a Assembléia da Virgínia determinou que "a administração do batismo não altera a condição da pessoa quanto à sua servidão ou liberdade".⁶² A Assembléia também estava interessada em impedir que os servos se unissem aos escravos nas fugas:

no caso de qualquer servo inglês fugir em companhia de negros que sejam incapazes de dar uma compensação por meio de aumento de tempo [ou seja, escravos obrigados a servir pela vida toda]: (...) O inglês que assim fugir em companhia deles deverá, quando o tempo de serviço ao seu senhor expirar, servir o senhor dos ditos negros por sua ausência, pelo tempo que eles deveriam tê-lo feito segundo este Ato, caso não fossem escravos, cada cristão participante servindo em proporção.⁶³

Se o escravo fugiu morresse, os servos cúmplices teriam de trabalhar para seu dono durante quatro anos, ou pagar-lhe 4.500 libras de fumo. Em 1667, a Assembléia da Virgínia também decretou que os senhores que matassem seus escravos ao puni-los não seriam considerados culpados de assassinio:

Que seja considerado lei por esta grande assembléia, se qualquer escravo resistir ao seu senhor (ou a outros que por seu senhor o castiguem) e pela extensão do castigo possa vir a morrer, que sua morte não seja considerada crime grave (...) já que não se pode presumir que a maldade premeditada (que só por si já torna o assassinio um crime grave) levaria qualquer homem a destruir sua propriedade.⁶⁴

A aprovação de novas leis na Virgínia e em Maryland deu mais segurança aos donos de escravos destas regiões e estimulou o aumento da importação de escravos; estas leis foram precedidas de processos legais — como, na Virgínia, o de Elizabeth Key, filha de escrava, que abriu um processo e conseguiu sua liberdade em 1656 alegando que fora batizada — que colocaram em dúvida alguns aspectos da escravidão. Assim, em 1664, o diário da Câmara Alta de Maryland observou:

É desejo da Câmara Baixa que seja do gosto da Câmara Alta aprovar um Ato obrigando os negros a servirem por toda a vida, por acharem muito necessário para impedir o prejuízo que os Senhores de tais Escravos podem sofrer por tais Escravos alegarem ser Batizados E assim solicita a lei da Inglaterra.⁶⁵

Depois da Restauração, os homens mais importantes da Virgínia e de Maryland manifestaram várias vezes seu apoio a um sistema escravista racial.

Se a política da Commonwealth teve a forma de um complexo "colonial-invasivo", a da Restauração refletiu a dinâmica inquieta e contraditória de um complexo "colonial-corsário". Defensores do rei, como o príncipe Rupert, o duque de York e Francis Willoughby, tinham antecedentes na pirataria e grande interesse no comércio aficano e colonial. O principal corsário da Jamaica, Henry Morgan, tinha um tio no séquito real e outro no do general Monck na época da Restauração. Durante as guerras das décadas de 1660 e 1670, ele liderou uma força de seqüestradores de cerca de 15 navios e 1.500 homens, numa campanha sem paralelo de pillagem e violência em todo o Caribe; só o saque do Panamá rendeu cinco milhões de pesos. Como o comportamento predatório de Morgan tinha a proteção de uma *letter of marque**, o governador da Jamaica (Modyford) e o Lord High Admiral (o duque de York) receberam sua parte, assim como o próprio Carlos II. Modyford argumentou, que nas condições do Caribe, o ataque era a melhor forma de defesa, e que os corsários representavam uma forma autofinanciada de defender as colônias ainda muito vulneráveis. O próprio Lord Francis Willoughby morreu quando defendia as ilhas Windward de uma grande esquadra holandesa; foi sucedido no governo por seu irmão William. As duas principais ilhas inglesas, Barbados e Jamaica, saíram quase ileso das guerras. Barbados até se desenvolveu, por causa de sua posição geográfica excepcionalmente favorável, com duzentas ou trezentas naus visitando a ilha a cada ano e com

* *Lettera* fornecida por um Estado a um cidadão para capturar e confiscar navios mercantes de outra nação. (W do T)

a produção de açúcar chegando a 15.000 toneladas num ano bom — quase tanto quanto era produzido no Brasil inteiro.⁵⁵

As colônias inglesas menores nas ilhas Leeward (São Cristóvão, Nevis, Antígua) e Windward (Santa Lúcia, São Vicente) sofreram ataques e invasões dos franceses e holandeses que impediram o desenvolvimento das grandes plantações. A postura estimulada pelos corsários na Jamaica compeliu com a agricultura e o comércio estabelecidos. Enquanto os corsários atacavam o Caribe, o interior da própria Jamaica ainda não estava inteiramente pacificado: a invasão inglesa e a posterior resistência guerrilheira da Espanha representaram oportunidades de fuga para os escravos mantidos em comunidades isoladas no interior. No entanto, parte dos lucros da pirataria chegou às *plantations*, e tanto Morgan quanto Modyford construíram grandes fazendas. Modyford trouxe 1.500 colonos de Barbados e entregou terras aos que possuíam escravos ou servos. O número de escravos na Jamaica cresceu de apenas 500 em 1661 para quase 10.000 em 1673; na década de 1670, novos escravos foram levados para lá, numa média de quase 1.500 por ano. Em 1683, o desenvolvimento da Jamaica ainda era inferior ao de Barbados, apesar da área muito maior. Nesse ano a Inglaterra importou mais de 18.000 toneladas de açúcar das Índias Ocidentais: cerca de 10.000 toneladas de Barbados, 5.000 da Jamaica e 3.300 das ilhas Leeward.⁵⁷

O inventário das propriedades de 198 grandes proprietários e fazendeiros jamaicanos, que morreram entre 1674 e 1701, sugere o padrão na fase inicial do desenvolvimento das *plantations* (Tabela VI.1):

Tabela VI.1 As propriedades de 198 donos/fazendeiros jamaicanos, 1674-1701

	Valor médio em libras esterlinas	Escravos	Servos
54 produtores de açúcar	1.954	63	3
8 rancheiros	656	16	1
7 produtores de algodão	356	12	0,5
20 produtores de anil	310	13	0,5
109 não identificados	306	8	0,6
Média	375	12	0

Fonte: Dunn, *Sugar and Slaves*, pág. 171.

Pelos padrões de Barbados estas propriedades ainda eram de tamanho modesto, mas revelam que a mão-de-obra das *plantations* era agora quase toda composta de escravos — e os inventários individuais deixam bem claro que estes escravos eram prin-

cipalmente cativos africanos. Só sete das propriedades valiam mais de £3.000. Duas das maiores *plantations* pertenciam a Sir Henry Morgan, o chefe dos corsários, que possuía um total de 122 escravos; em Barbados, esta seria a mão-de-obra de uma *plantation* pequena ou média. Os 19% mais pobres dentre os fazendeiros deixaram propriedades avaliadas em menos de £100. O valor das propriedades estava muito ligado ao tipo de cultivo. Por sua natureza, esses inventários não registram o número de empregados livres e assalariados das *plantations*, embora outras fontes sugiram que seu número caiu à medida que os escravos eram gradualmente treinados para ocupar o seu lugar, acabando por deixar apenas supervisores, contadores e talvez um ou outro artesão especializado.⁵⁸

Em Barbados, 61% de todos os escravos trabalhavam, em 1679, em *plantations* de 100 acres ou mais, numa média de 104 escravos e dois servos por *plantation*; havia supervisores e contadores ingleses, mas os brancos estavam na proporção de um para cada 13 negros. Cerca de metade das propriedades dos donos de *plantations* havia sido estabelecida por membros de sua família na época do fumo. As maiores propriedades de Barbados tinham cerca de 600 acres e 300 escravos; em outras ilhas menos povoadas eram comuns *plantations* com mais de 200 escravos. Um terço dos escravos de Barbados viviam em *plantations* menores, de 10 a 100 acres de terra, com média de 14 escravos em cada uma. Por causa da colonização anterior e do clima e localização comparativamente mais favoráveis, Barbados sempre teve uma grande população de colonos brancos, cerca de um quinto ou mais do total.⁵⁹

O rei recém-restaurado, juntamente com outros membros de sua família, interessou-se pelo fornecimento de escravos às *plantations*. Por um lado, este comércio prometia dar ao monarca e à família real uma fonte muito necessária de renda independente; por outro, achava-se que o comércio africano proporcionaria o canal ideal para a aplicação do talento de corsários reais ou aristocráticos. A demanda colonial de escravos era grande. Nas décadas de 1660 e 1670 os servos contratados, quando tinham escolha, preferiam a Virgínia ao Caribe, porque tinham se espalhado as notícias sobre as dificuldades da vida nas grandes fazendas de açúcar e sobre o controle rigoroso que os donos das maiores *plantations* exerciam nessas colônias. Depois do escândalo parlamentar dos prisioneiros monarquistas em 1659, e dada a falta de entusiasmo dos produtores por traidores ingleses e rebeldes irlandeses, a servidão involuntária não poderia mais resolver o problema da escassez de mão-de-obra das *plantations*. Em 1663, o monopólio do fornecimento de escravos africanos às colônias inglesas foi concedido à recém-formada Companhia de Aventureiros Reais na África, cujos membros e acionistas incluíam o rei, o duque de York e o príncipe Rupert,

com apoio dos interesses mercantis de Londres e Bristol. A Companhia cunhou uma nova moeda de ouro — o guinéu — para comemorar suas atividades.

A idéia de que o comércio de escravos era uma atividade digna de Aventurosos Reais deve ter ajudado a eliminar quaisquer dúvidas restantes a respeito da legitimidade da Companhia. No entanto, sua organização comercial era péssima, e no início sua ação parecia uma "caga ao tesouro". Os obstáculos e as tentações da guerra com franceses, holandeses e espanhóis afastaram a Companhia do comércio de escravos em grande escala, e atraíram alguns de seus navios de volta à pirataria. Surgiram traficantes independentes, que forneciam às colônias inglesas carregamentos clandestinos de escravos. Em 1670-72 houve tentativas de reduzir as atividades dos corsários e dar condições mais adequadas para o desenvolvimento colonial. A morte do duque de Albemarle (Monck), a demissão de Modyford do cargo de governador da Jamaica e o cancelamento das *letters of marque* de Morgan indicaram a influência de uma nova facção. Na década de 1660, o Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações fora para o governo uma entidade mais de nome do que de fato. Com a ascensão do conde de Shaftesbury, que era há muito tempo membro desse Comitê, as reivindicações para o desenvolvimento das *plantations* ganharam apoio mais firme.⁷⁶

Em 1672, o comércio inglês de escravos foi confiado a um novo monopólio, a Real Companhia Africana. Os acionistas desta Companhia ainda incluíam o duque de York, o príncipe Rupert e outros membros da família real. Mas como aliado delas estava o próprio Shaftesbury; Sir Peter Colleton, dono de *plantation* em Barbados; Thomas Povey, mercador colonial; Sir George Carteret, lorde proprietário da nova colônia da Carolina; e John Locke, protegido de Shaftesbury que foi por algum tempo secretário do Comitê para as Plantações. Figuras importantes da City, como Sir John Banks e Sir Josiah Child, também deram contribuições para a Real Companhia Africana, que começou com um capital de £111.100. A companhia deveria criar dezessete fortes ou feitorias na costa da África, guarnecidos por duzentos ou trezentos servos. Ela enviou cerca de 500 navios para a África no período de 1672-1713, e exportou mercadorias avaliadas em £1,5 milhão. Durante este período, foi responsável pela compra de 125.000 escravos na costa da África, perdendo um quinto deles na "Middle Passage" (a travessia) e vendendo os restantes, cerca de 100.000, aos donos de *plantations* nas Índias Ocidentais inglesas.

A companhia foi pioneira num comércio caro e instável numa época em que o abastecimento de escravos era ameaçado por guerras contínuas e pela capacidade reduzida de outros fornecedores (a CIOc foi à bancarrota em 1673). A empresa pagava dividendos e mantinha o valor de suas ações, e vários dos investidores ini-

ciais tiveram bom lucro com ela — o duque de York (Jaime II) conseguiu um retorno anual de 12 por cento, se calcularmos a valorização do capital, na época em que vendeu suas ações, em 1689. No entanto, as despesas da Companhia eram grandes e não havia superávit comercial. A empresa permitiu que os donos de *plantations* acumulassem dívidas que chegaram a £170.000 em 1690.

Sem o apoio da Companhia, as colônias inglesas provavelmente teriam um desempenho muito mais fraco e instável nas décadas de 1670 e 1680. Ainda assim a Companhia foi alvo de má-vontade generalizada por parte de donos de *plantations* e mercadores independentes, que atacavam seu "monopólio imundo". Depois de 1675, Shaftesbury e os fundadores da Carolina se retiraram da Companhia; dali em diante ela passou a ser dirigida pelas autoridades da corporação em Londres, aliadas a alguns donos de *plantations* e governadores por elas favorecidos nas Índias Ocidentais, as colônias inglesas na América do Norte receberam muito poucos escravos diretamente da África antes de 1698. Barbados recebeu mais escravos do que todas as outras colônias, e as ilhas Leeward, muito poucas. Até os donos de *plantations* de Barbados se queixavam de que a Companhia os discriminava; alguns deles — Henry Drax, Christopher Codrington, John Hallet — financiaram suas próprias viagens para comprar escravos, violando o monopólio. Os preços cobrados pela Companhia não eram altos, mas muitos de seus agentes locais vendiam apenas para si mesmos ou para amigos. Embora a própria Companhia perdesse dinheiro, seus funcionários costumavam ganhar fortunas. Depois de 1689, o monopólio da Companhia desintegrou-se, e traficantes independentes mostraram que podiam transportar pelo Atlântico duas ou três vezes mais escravos por ano do que a Companhia. Não foi a primeira nem a última vez que o comércio atlântico da época mostrou seu caráter duplo: como negócio potencialmente rico e lucrativo, podia tornar-se campo fértil para favorecimentos; mas, ao mesmo tempo, seu impacto expansionista inerente acabaria por romper alianças comerciais e arranjos convenientes.⁷⁷

A rebelião de Bacon e a escravidão na Virgínia

O crescimento da América do Norte inglesa fora pouco prejudicado pela Guerra Civil e foi ainda menos restringido pela guerra e pela falta de mão-de-obra que se seguiram e que causaram dificuldades às colônias do Caribe. De fato, a guerra com os holandeses levou à tomada de Nova Amsterdã e sua transformação em Nova York em 1664. Com o fim da Guerra Civil, o aumento constante dos "direitos de cabeça" registra a corrente cada vez maior de servos contratados que che-

gavam à Virgínia; cerca de 45.000 entre 1650 e 1674, e um total de pelo menos 75.680 entre 1640 e 1699. Maryland recebeu 31.100 servos contratados no mesmo período. A Virgínia produziu cerca de 250 toneladas de tabaco em 1627, que chegaram a 7.500 toneladas em 1669, fazendo com que a colônia passasse a ser, de longe, o maior fornecedor atlântico. Mas com este nível de produção havia uma pressão constante para baixar o preço do fumo. Os pequenos e médios proprietários ainda mantinham o controle da maior parte da terra, ao contrário do padrão de Barbados. O dono de uma *plantation* de médio porte usava de três a doze servos, e muito poucos tinham vinte ou trinta. Mas apesar do fluxo contínuo de servos contratados, os homens mais importantes da colônia possuíam alguns escravos, africanos e índios, e enfrentavam o problema de garantir a ordem e a hierarquia adequada entre eles. Por volta de 1670, calculava-se que havia 2.000 escravos africanos na Virgínia. Um índice da riqueza da colônia foi a estimativa da Albânia inglesa de recolher £100.000 por ano com impostos sobre o fumo, que pagava taxas *ad valorem* mais altas do que o açúcar.

Em 1676 houve uma grande revolta na Virgínia, a "Rebelião de Bacon", contra o experiente governador Sir William Berkeley, acusado de favorecer mercadores e donos de *plantations* e de não defender os produtores mais pobres do interior, que estavam, segundo as queixas, expostos aos ataques dos índios e sujeitos a pesadas taxas e restrições. Embora a revolta tenha começado entre donos de *plantations*, logo detonou antagonismos sociais explosivos na massa de gente livre e trabalhadores oprimidos. A revolta começou quando um grupo de proprietários e homens livres exigiu que um jovem membro do Conselho do governador, Nathaniel Bacon, os comandasse numa expedição contra a nação indígena Susquehanna, que supostamente invadira a colônia. O governador privilegiou o acordo amigável com os índios, e temia, com boas razões, que os colonos do interior, transformados em voluntários, massem indiscriminadamente.

A deflagração do conflito com nações indígenas situadas mais ao norte, conhecido como Guerra do Rei Felipe, aumentou a cautela de Berkeley. Mas o fato de o governador deter o lucrativo monopólio do comércio de peles com índios amigos atraiu a suspeita dos colonos. E além da questão indígena havia, como o próprio governador sabia muito bem, um emaranhado de problemas esperando para destruir a boa ordem da colônia. O preço do fumo caíra e ameaçava arruinar muitos pequenos produtores; o mau tempo agravava a situação. Os acordos com os índios não prejudicavam os donos das grandes *plantations* da costa, mas tornavam mais difícil a aquisição de terras por novos colonos. Como o governador escreveu a Londres,

ele estava preocupado também com o clima entre os servos e os escravos: "Consideramos como um povo pressionado às nossas costas pelos índios, em nossos intestinos por nossos servos (...) e invadidos de fora pelos holandeses." Em outra aguçada reflexão ele observa: "Temos às nossas costas tantos servos (além dos negros) como há homens livres para defender a costa e nossas fronteiras [contra] índios." Ele temia que não só os escravos e os servos, mas também muitos pobres livres se unissem ao invasor holandês, caso este atendessem às suas "esperanças de melhorar sua condição com a divisão do saque da terra". E lamentava-se abertamente: "Como é miserável o homem que Governa um Povo do qual pelo menos Seis partes em cada Sete são de Pobres Envidiados Descontentes e Armados e tomar-lhes as Armas agora que os Índios estão em nossa garganta irá causar um Motim Universal."⁷²

A previsão do governador foi confirmada, e em pouco tempo ele teve de enfrentar realmente um "Motim Universal". Bacon ouviu com simpatia os que desejavam combater os índios, e instou o governador a nomeá-lo comandante de uma expedição. Argumentou que a insatisfação popular com os novos impostos e a alegada negligência na defesa poderia ser aliviada com essa medida. Mas Berkeley, desconfiado do "Bando Desordeiro" que a exigia, recusou o pedido de Bacon e, quando mesmo assim ele montou uma expedição, acusou Bacon e todos os seus seguidores de rebeldes. Em junho de 1676, uma House of Burgesses* recém-eleita permitiu o voto de todos os homens livres, instituiu a eleição para o preenchimento de vários cargos oficiais e eliminou a isenção de impostos de todos os funcionários públicos. Também decretou que fosse formada uma milícia de 1.000 homens, e ofereceu a possibilidade de saquear e escravizar os índios considerados rebeldes. Sob a pressão de homens armados, Berkeley foi obrigado a ceder o comando a Bacon, mas voltou atrás assim que deixou de estar cercado por uma força armada hostil.

Bacon, apelidado de "General pela vontade do povo", elevou o nível da revolta contra o governador. Embora tenha conseguido o apoio de alguns homens que se consideravam "sôbrios e discretos", a lógica do conflito com o governador levou-o a alistar alguns pobres livres em sua força armada e a oferecer liberdade aos servos e escravos pertencentes aos que apoiavam o governador, caso se alistassem em suas fileiras. Bacon tomou e saqueou Jamestown, obrigando o governador a buscar refúgio na costa oriental. Durante cerca de três meses Bacon controlou a maior parte da colônia. As autoridades temiam que ele e seus seguidores planejassem pedir ajuda aos holandeses; foi considerado sinal de tração o fato de a es-

* Casa dos burgueses, ou habitantes do burgo; nome tradicional da câmara baixa legislativa na Virgínia e em Maryland. (N. do T.)

posa de um dos principais rebeldes ter dito que o poder da Inglaterra era uma coisa inútil. Mas antes que as forças inglesas pudessem chegar, ou que Bacon revelasse sua estratégia mais ampla, a rebelião entrou em crise quando seu líder teve disenteria e morreu. Com a ajuda energética dos capitães e tripulações de navios ingleses fundados na costa, a ordem foi restaurada. Ofereceu-se o perdão à maioria dos rebeldes para persuadi-los a largar as armas. No entanto, mais de cem deles, muitos dos quais escravos ou servos, refugiaram-se em West Point e recusaram a rendição esperando melhores termos, inclusive garantias de sua própria liberdade. Um capitão leal e entérico ofereceu-se para negociar com os rebeldes mas, assim que estavam ao alcance de suas armas, só lhes deu a opção de se renderem. Uma expedição inglesa com 1.100 homens a bordo de onze navios chegou tarde demais para participar das hostilidades, mas tinha instruções de recolocar Berkeley no cargo de governador.⁷⁶

Os oito meses de "Motim Universal" expuseram de forma espetacular o descontentamento dos servos e pobres livres. Mostraram como podia ser frágil uma colônia de *plantation* se seus líderes brigassem entre si e envolvessem os servos e escravos em suas disputas. As autoridades coloniais insistiram em fazer concessões aos homens livres mais pobres, substituindo os odiados impostos por cabeça por taxas sobre o comércio. A House of Burgesses tentou reforçar a barreira racial entre servos ingleses e escravos africanos. Em 1680, determinou um castigo de trinta chicotadas nas costas nua "se qualquer negro ou outro escravo ousar levantar a mão contra qualquer cristão".⁷⁷ Nas últimas décadas do século, cerca de 4.000 escravos africanos foram comprados por proprietários da Virgínia, vindos principalmente das Índias Ocidentais. Os escravos eram mais importantes na Carolina, colônia fundada em parte por produtores de Barbados que se mudaram com seus escravos nas décadas de 1670 e 1680 em busca de mais terras; o amil e o arroz arabaram se tornando as culturas principais desta colônia, depois de um início modesto. Esses produtores, naturalmente, levaram consigo não só escravos como também os costumes e a ideologia do sistema, agora já bastante consolidado, de escravidão racial do Caribe inglês. As Constituições Fundamentais de 1669 das Carolinas do Norte e do Sul afirmavam: "Todo homem livre da Carolina terá poder e autoridade absoluta sobre os escravos negros de qualquer opinião ou religião."⁷⁸ No total, cerca de 20.000 escravos foram introduzidos nas colônias norte-americanas durante o século XVII, a grande maioria nas últimas duas décadas.⁷⁹

A nova escravidão e as *plantations* do Caribe

O estatuto da escravidão nas colônias continentais da Inglaterra era influenciado, inevitavelmente, pela característica de suas colônias no Caribe. Nestas, o crescimento das *plantations* de açúcar e da população escrava provocara a degradação e a racialização da escravidão de forma mais pronunciada do que até então fora visto no Novo Mundo. Grande quantidade de colonos da América do Norte, inclusive vários donos de *plantations*, haviam passado pelas Índias Ocidentais, e outros mantinham com elas um comércio recíproco, vendendo provisões e comprando produtos das *plantations*. Uma das testemunhas da degradação da escravidão inglesa nas colônias de *plantation* em geral e nas Índias Ocidentais em particular foi o pastor anglicano Morgan Godwyn, em seu livro *Negro's and Indians Advocate* (*Advogado dos negros e dos índios*), de 1680, e em outros textos, nos quais relata a experiência adquirida quando serviu na Virgínia e em Barbados nas décadas de 1660 e 1670.

Godwyn condena a crueldade e a negligência física e espiritual dos proprietários, comparando sua ganância insensata com a atitude, que considera mais responsável, dos puritanos da Nova Inglaterra ou mesmo dos abomináveis católicos da América espanhola. Sua principal queixa é de que os proprietários vêem seus escravos africanos como bestas de carga e se opõem ativamente à sua evangelização, temendo que isto possa limitar ou enfraquecer sua subordinação; o fracasso da conversão dos índios ao cristianismo também é um erro, mas no caso dos africanos eles estão sob o controle dos donos de *plantations*. Godwyn fornece detalhes do tratamento cruel dispensado aos africanos. Ele observa que os escravos costumam passar fome, tendo muito pouco tempo para cultivar seu alimento; este problema também é compartilhado "de maneira proporcional" pelos servos brancos ingleses. As escravas não têm tempo de cuidar direito de seus filhos, e assim a maioria deles morre. Africanos recalcitrantes são punidos não apenas com chicotadas e pelourinho, mas com a amputação de orelhas e com a "emasculação". Escravas nua são chicoteadas em público. Ele escreve sobre essas punições: "sua prática é tão notória, e não há ninguém suficientemente cego para evitar ter conhecimento delas; não, até mesmo estes sabem muito bem."⁸⁰

Na opinião de Godwyn, a "principal Divindade dos Plantadores, o Lucro", os deixa cegos para a condição humana dos africanos e os leva à noção blasfema de que os africanos são "brutos" ou uma espécie de seres subumanos "pré-adâmicos":

a mim me parece, pela consideração da forma e da figura dos corpos de nossos negros, suas Pernas e Membros; sua Voz e Expressão facial, em tudo de acordo com a de outros Homens; junto com sua *Ridiculdade* e *Dicewro* (Faculdades particulares do Homem) deveriam ser suficientes para Convencer. Como poderiam ser eles capazes de *Comerciar*, e de outras atividades não menos humanas; como também de *Ler e Escrever*; ou mostrar tanto Discernimento na administração dos negócios, eminentemente em vários deles; mas naquilo que [sabemos] que muitos do nosso próprio povo são deficientes, não são eles verdadeiramente homens?"

Godwyn cita a Sagrada Escritura dizendo que "Deus fez (de um sangue) todas as Nações dos Homens" (Atos 17-26), e insiste que os negros da Guiné não são "necessariamente descendentes de Canaã" e "da maldição sobre eles lançada"; mesmo que sejam, esta não seria uma boa razão para negá-los o batismo.⁷⁹ Godwyn não desafia a escravidão, e argumenta que se os escravos fossem apresentados ao cristianismo, isto promoveria sua "integridade e longevidade" e os deixaria menos inclinados à rebelião.⁸⁰ No século XVI e no início do XVII é possível encontrar autores ingleses que consideravam que os africanos negros não eram humanos e sim parentes de macacos, mas o retrato apresentado por Godwyn vai muito mais longe — ele sente, evidentemente, que esta opinião tornou-se o consenso de toda uma comunidade, a dos ingleses nas colônias de *plantation*.

Em 1688, Godwyn pôde pregar um sermão na Abadia de Westminster que resumia sua defesa da necessidade de evangelizar os negros, mas depois da Revolução ele desapareceu da vista do público. Mais ou menos na mesma época, Aphra Behn publicou *Oriental*, no qual descrevia a resistência nobre de um príncipe africano escravizado no Suriname e o fracasso de seus companheiros na rebelião que ele iniciou. Esta obra levanta questões sobre a escravidão sem, contudo, atacar a existência da instituição em si, especialmente se houvesse o cuidado de só se escravizar plebeus.⁸¹

Na verdade, o Caribe britânico era campo de uma nova e prodigiosa realidade, um sistema de *plantation* num novo nível de organização e comercialização intensivas. A integração das *plantations* do Caribe permitiu — e, caso o plantador quisesse manter-se à altura da competição, exigiu — o trabalho de escravos em turnos, um ciclo incessante de plantio, eliminação de ervas daninhas e colheita, e de trabalho noturno no engenho, chegando com frequência a uma jornada de trabalho de dezoito horas por dia. Havia agora de cinquenta a trezentos escravos vivendo e trabalhando em cada propriedade. A força do vento, da água e dos animais mantinha os engenhos funcionando vinte e quatro horas por dia num período de colheita de seis ou sete

meses de duração. A mortalidade era alta entre os escravos, a taxa de natalidade era baixa entre as mulheres e, assim, havia a necessidade de carregamentos cada vez maiores de novos escravos da África. Em comparação com o método brasileiro, as novas *plantations* exigiam um regime de trabalho mais intenso e sujeito a vigilância mais rigorosa. Nas ilhas menores do Caribe, a terra era pouca e a flora e a fauna naturais foram logo destruídas. Várias espécies de pássaros foram extintas quando a cobertura florestal desapareceu e os ratos se multiplicaram. Os donos de *plantations* precisavam de novas fontes de combustível, e ficou ainda mais difícil para os escravos se alimentarem. A agricultura exaustiva reduziu a produtividade da cana.

Os proprietários contornaram estes problemas com a adoção de novos métodos, que em sua quase totalidade aumentaram a necessidade de mão-de-obra. A cana-de-açúcar passou a ser plantada em buracos profundos e separados, e não mais em valões largos. Foram criados campos de esterco para adubar o solo. As folhas e os galhos altos da cana passaram a ser usados para alimentar o gado, e o bagço da cana, depois de seco, era utilizado como combustível. Novos roletes de metal foram instalados nos moinhos, e o conjunto de sete tachos de cobre usados para ferver o açúcar passou a ser aquecido por um único duto, num sistema conhecido como "trem da Jamaica", embora provavelmente tenha surgido em Barbados.⁸² Todos esses processos exigiam mão-de-obra especializada, mas a pressão para conseguir a maior colheita possível, a fim de justificar os investimentos e atender às exigências dos credores, era incessante e disseminada. A *plantation* era um ambiente fechado no qual a vida dos trabalhadores cativos podia ser forçada até o limite para aumentar ao máximo a produção. Embora a importância do método tenha sido absorvida dos holandeses, a experiência da Inglaterra na organização da marinha deve ter inspirado mais lições de disciplina, sincronia e coordenação. A *plantation* e o navio de linha eram comandados por homens de tipo semelhante, e em ambos a obediência era conseguida com a ajuda de rações de rum e flagelação pública. Os muitos problemas e complicações das novas *plantations* e as diferenças entre elas e outras instituições coercitivas da época serão examinados nos Capítulos VIII e seguintes. Aqui é necessário apenas registrar que a *plantation* escravista foi finalizada e "aperfeiçoada" no Caribe britânico nas últimas décadas do século XVII.

A Revolução Gloriosa e as colônias

Nos últimos anos da dinastia Stuart, o interesse excessivo do governo pelas colônias na verdade atrapalhou o desenvolvimento das *plantations*. Durante os últimos anos

do reinado de Carlos II e o breve governo (1685-88) de seu irmão Jaime II, ex-duque de York, os donos de *plantations* coloniais e os mercadores independentes foram submetidos a formas cada vez mais opressivas de administração e taxaço. Os diretos das assembleias coloniais foram reduzidos, e ampliados os dos governadores indicados pelo rei. Uma consequência duradoura de tudo isso foi a maior uniformização da autoridade metropolitana em todas as colônias do Novo Mundo, mas a curto prazo esta política beneficiou alguns indivíduos em detrimento tanto dos pequenos proprietários quanto da maioria dos donos de *plantations*. A partir de 1676, a regulamentação comercial das colônias foi confiada aos Lordes do Comércio. Os impostos sobre o fumo e o açúcar foram aumentados. Antes de sua morte em 1682, Shaftesbury, que fora um monopolista fiel ao rei, organizou a oposição à reincidência dos abusos dos Stuart na religião, no uso das prerrogativas reais e na política comercial. Os seus *whigs* — a primeira oposição parlamentar de tipo moderno — contaram com o apoio dos magnatas da terra, dos mercadores independentes e do protestantismo ultrajado. A reafirmação do poder real no Caribe levou muitos donos de *plantations* de volta para a Inglaterra, onde aderiram à oposição. Quando Jaime II elevou o imposto do açúcar em 1686, completou o afastamento do *lobby* das Índias Ocidentais.

A "Revolução Gloriosa", que afastou Jaime II em 1688-89 e colocou Guilherme III e Mary no trono inglês, consolidou a orientação comercial do estado inglês. A fundação do Banco da Inglaterra em 1694 e de outras instituições que compunham o núcleo da City de Londres refletiu e facilitou uma "revolução comercial" intimamente ligada ao comércio colonial e ao desenvolvimento da *plantation*; as operações do banco baseavam-se na afluência de ouro brasileiro. Em 1696, a administração das colônias e o comércio com elas foram colocados sob a tutela de um novo departamento, o Board of Trade and Plantations (Câmara de Comércio e *Plantations*). As assembleias coloniais exigiram ser consideradas como parlamentos locais, com o controle da receita e da legislação local, mas permaneceram ainda sujeitas à presença metropolitana da Coroa no Parlamento. Em 1699 foi fundada a Society for Propagating Christian Knowledge (Sociedade para a Propagação do Conhecimento Cristão), com o objetivo de promover nas colônias a adaptação à Igreja Anglicana. Dois hábeis conselheiros do rei, membros do Privy Council, Sir George Downing (filho de Emanuel) e Sir William Blathwayt, criaram um corpo de administradores profissionais para supervisionar a implantação dos Atos de Navegação e os instrumentos fiscais a eles associados na Inglaterra e nas colônias. O Tesouro, o Board of Trade e os Comissários de Customs and Excise (Alfândega e Impostos) supervi-

sionavam com severidade o funcionamento financeiro e comercial do sistema colonial. O Almirantado, com uma força naval que absorvia um quarto da receita pública, foi várias vezes pioneiro na adoção de métodos mais eficazes de administração. Nesta área, as vitórias de 1688-89 racionalizaram os elementos da estrutura do estado e do sistema colonial, cuja origem era a Commonwealth, e que haviam sido muito modificados em consequência da tentativa dos Stuart de impor a autoridade real. Por outro lado, os corsários foram controlados muito mais de perto e a pirataria foi eliminada.⁸³

Entre 1693 e 1713, a receita do estado proveniente das taxas da alfândega e do comércio triplicou, refletindo o florescimento do comércio atlântico e colonial, o desenvolvimento do mercado interno, a conquista de objetivos comerciais por meio da guerra e a consolidação de uma administração mais eficiente. O próprio estado mereceu crédito nisso, porque tinha um firme compromisso com a riqueza e o comércio independentes dentro de uma estrutura imperial. As guerras travadas no período de 1690-1713 ofereceram tanto ocasião quanto justificativa para a expansão naval e a construção de uma estrutura fiscal eficiente. Ainda assim, o número de funcionários das grandes repartições públicas não era elevado, e a maioria se concentrava na própria metrópole. A receita não vinha diretamente das colônias, e sim das importações e reexportações coloniais; esta estrutura, tão diferente da espanhola, foi possibilitada pelo tamanho maior do mercado interno. Em 1716, o Board of Trade tinha 65 funcionários e o escritório do secretário de Estado, 29; no mesmo ano, os empregados dos escritórios fiscais, em sua maioria de Customs and Excise, chegavam a 5.947.⁸⁴

A Revolução Gloriosa marcou o início de uma nova era tanto para a colônia como para a metrópole. A notícia da queda de Jaime II chegou primeiro a Barbados, por causa da maior facilidade de comunicação com Londres, e causou satisfação considerável. Pelo menos no que dizia respeito às Índias Ocidentais, o *lobby* em Londres dos donos de *plantations*, e não a rebelião colonial, desempenhou o papel principal em 1688-89 na promoção das mudanças desejadas. Em Barbados, os escravos excidiam em número os colonos livres numa proporção superior a dois para um. A influência das Índias Ocidentais em Londres, que refletia a grande riqueza dos donos de *plantations* locais, tornou supérfluas as demonstrações físicas e assegurou a redução dos impostos sobre o açúcar.

O padrão na América do Norte foi diferente do caribenho. Nova Inglaterra, Nova York e Maryland tiveram suas próprias Revoluções Gloriosas, nas quais funcionários odiados foram expulsos antes de receberem a notificação oficial de sua demissão.⁸⁵ A transição na Virgínia foi menos turbulenta porque os líderes, donos de

plantations ou funcionários, não queriam uma repetição dos acontecimentos de 1676. Os destacamentos ativos da milícia reorganizada estavam sob seu firme controle. Mas a hegemonia dos principais mercadores, funcionários e donos de *plantations* não excluía um certo populismo.⁸⁶ Os numerosos pequenos fazendeiros da Virgínia puderam opinar na decisão sobre qual dos grandes deveria governar a colônia, e ao mesmo tempo até os mais pobres brancos livres e servos foram incentivados a se sentirem superiores aos negros. Todos os brancos da Virgínia podiam considerar-se "ingleses nascidos livres", mesmo que tivessem cumprido um contrato de servidão. Em muitas áreas, eles gozavam de uma "liberdade de classe" — acesso a pastagens e direitos de caça — que daria inveja a um camponês na Inglaterra. A plantocracia da Virgínia não desfrutava do poder local sem impedimentos nem da posição de seus correspondentes no Caribe. A chegada de mais escravos nas décadas posteriores, que os transformou na principal mão-de-obra da produção de fumo, nunca atingiu o ponto de exigir a expropriação dos fazendeiros que não possuíam escravos; em vez disso, permaneceu num nível em que reduziu os antagonismos sociais dentro da comunidade branca da colônia, ao afastar dela o eixo da exploração. Na verdade, os ingleses das colônias norte-americanas começaram a gozar de liberdades e direitos mais amplos exatamente quando um número maior de escravos foi levado para seus portos.

A Revolução Gloriosa foi deflagrada em nome das liberdades inglesas, embora nas colônias ela tenha confirmado a escravidão racial declarada. A obra de John Locke combatia as tensões resultantes. Em seu *Two Treatises of Government* (*Dois tratados de governo*), ele faz a famosa declaração: "A escravidão é uma condição humana tão vil e miserável, e tão diretamente oposta ao Temperamento generoso e à Coragem de nossa Nação, que mal se concebe que um *inglês*, ainda mais um *gentleman*, a defenda."⁸⁷ Locke queria dizer que os ingleses, e principalmente os *gentlemen* ingleses, deveriam rejeitar totalmente a noção de que eram escravos do poder real, mesmo em sentido metafórico, mas havia circunstâncias em que poderiam ser forçados a manter escravos. Todo ser humano tinha a capacidade inata de desenvolver sua razão e sua capacidade de trabalho ao ponto de qualificar-se para desfrutar a liberdade natural, mas os povos primitivos precisavam de tutela antes de transformar em realidade este seu potencial. Ele escreveu, a respeito do homem primitivo, que "solitário numa liberdade irrestrita, antes que tenha a Razão para guiá-lo, é não permitir-lhe o privilégio de sua natureza, de ser livre".⁸⁸ Para Locke, o trabalho era a grande virtude, e o homem racional tinha o direito de fazer de todas as criaturas vivas instrumentos de sua satisfação. Quando o Board of Trade and Plantations preocupou-

se com a multidão de pedintes saudáveis e "vagabundos ociosos" na Inglaterra, Locke desenvolveu um plano detalhado para colocá-los em casas de correção e submetê-los a três anos de trabalhos forçados; o plano dizia, sobre mendigos, "que quem falsificar um passe deverá perder as orelhas por falsificação na primeira vez em que for culpado disso; e da segunda vez, deverá ser transportado para as *plantations*, como no caso de felonias".

Na opinião de Locke, "o alívio verdadeiro e adequado para o pobre (...) consiste em encontrá-los trabalhando, e cuidar para que não vivam como parasitas do trabalho dos outros".⁸⁹ Segundo ele, a nova escravidão do Caribe inglês era um fenômeno que devia ser compreendido não só em termos do individualismo possessivo mas em relação às pessoas obrigadas a serem úteis à Inglaterra, talvez para seu próprio benefício posterior. A famosa definição de propriedade de Locke poderia facilmente ser estendida às *plantations* e seus produtos: "Assim, a Grama que meu Cavalinho pastou, o torção que meu servo cortou; e o Minério que cavei em qualquer lugar sobre o qual eu tenha direitos em comum com outros, passam a ser minha *Propriedade*."⁹⁰ A vocação do dono de uma *plantation* colonial deu consistência ao direito inglês de possuir o que Locke descreveu como "a terra vazia da América", já que ele a tornara útil por meio do cultivo.⁹¹

Para Locke, a defesa resumida da escravidão era que ela representava "o estado de guerra contínua entre um legítimo Conquistador e um Cativo".⁹² Na verdade, esta fórmula, que Locke não tentou aperfeiçoar, capta parte da experiência percebida pelos legisladores coloniais, que acreditavam que os africanos seriam perigosos para outros e para si mesmos se não fossem submetidos ao regime escravista.

Nos anos de 1696-1700 Locke foi membro do recém-criado Board of Trade and Plantations, órgão responsável, entre outras coisas, pela revisão da legislação da Virgínia e das outras colônias. A noção de Locke da escravidão como estado de guerra seria confirmada pela preocupação das colônias com a resistência dos escravos. A nomeação de Locke não fora formal; ele compareceu a 372 reuniões durante sua permanência de quatro anos e meio no órgão.⁹³ O Board tinha apenas sete membros. Em meio à montanha de documentos enviados ao Board deve ter havido informações relativas ao código de escravos de 1688 de Barbados, um relatório sobre a conspiração de escravos naquela ilha em 1692 e sobre os 92 escravos executados juntamente com quatro líderes depois que a conspiração foi descoberta. Locke também deve ter visto o texto do "Ato para a Eliminação de Escravos Fugitivos". Este Ato afirmava que, como "muitas vezes negros, mulatos e outros escravos ausentam-se ilegalmente do serviço de seus senhores ou senhoras, e se escondem e ocultam em locais obscuros para matar portos e estimular outros delinquentes contra os habitantes deste domínio",

era legítimo para estes "matar e destruir tais negros, mulatos e outros escravos". O mesmo Ato, cuja redação supõe que todos os "negros" e "mulatos" são escravos, toma providências para garantir que nenhuma pessoa livre de cor faça parte da população da colônia:

para a prevenção desta mistura abominável e geração espúria que daqui para a frente pode crescer neste domínio, seja com negros, mulatos e índios casando-se com ingleses, ou outras mulheres brancas, ou por se associarem ilegalmente, que seja decretado (...) que para o futuro, caso um inglês ou outro homem ou mulher branca, sendo livre, se casar com negro, mulato ou índio, homem ou mulher, cativo ou livre, deverá, num prazo de três meses depois do referido casamento, ser banido e retirado deste domínio para sempre.

Todo branco responsável pelo nascimento de um bastardo mulato seria multado em 15 libras, das quais um terço iria para a paróquia, um terço para o governo central e um terço para o informante; se o branco não pudesse pagar no prazo de um mês, seria vendido como servo por um período de cinco anos. O Ato também observava que "grande inconveniente pode ocorrer neste país por causa da libertação dos negros e mulatos, seja por distraírem os escravos negros do serviço de seu senhor, seja por receberem bens roubados, ou ao envelhecerem e se tornarem uma carga para o país." Para impedir isso, o Ato estipulava uma taxa ou multa de alforria suficiente para transportar o escravo libertado para fora da colônia.⁹⁴ O Board of Trade não fez objeções. Como membro do Board, Locke envolveu-se nas intrigas de James Blair, bispo do Comissariado de Londres na Virgínia, ligado por casamento aos líderes da sociedade virgínia. O apoio de Locke parece ter ajudado a campanha bem-sucedida de Blair para expulsar o governador, atacando-o por causa de seu jeito arbitrário de ignorar as petições e os direitos da Assembleia da Virgínia. Locke parece ter acreditado sinceramente que o melhor governo da Virgínia seria aquele mais dedicado aos interesses dos proprietários.⁹⁵

Locke considerava a defesa da propriedade colonial contra a usurpação arbitrária uma causa tão importante quanto a afirmação da liberdade metropolitana. A câmara à qual pertencia também recomendou medidas para acabar com a pirataria e o comércio ilegal e para eliminar ou absorver as concessões coloniais, às quais levantou objeções. Embora Locke deplorasse a atividade dos piratas, desconfiava de propostas vindas de alguns de seus colegas, especialmente Blatworthy, já que envolviam grande ampliação do poder do estado metropolitano. Assim, a pirataria foi eliminada tanto pela substituição dos júris coloniais por Tribunais do Vice-Almirantado nomeados por Londres quanto pela exigência de que o acusado fosse julgado em Londres. Com

alguma relutância, Locke acabou aceitando a necessidade desses expedientes judiciais, que se mostraram eficazes na extinção dos piratas e forneceram recursos para a regulamentação do comércio. A proposta de retomar as concessões dos proprietários das colônias só foi efetivada depois que Locke saiu do Board, em 1701. Talvez não surpreenda que a lembrança de Locke tenha sido venerada por gerações posteriores de colonos norte-americanos defensores da independência.⁹⁶

Embora o Board of Trade tivesse o direito de fazer as objeções que desejasse, as leis escravistas e racistas agora aprovadas nas colônias americanas da Inglaterra foram consideradas assuntos que deviam ser tratados pelos próprios colonos. Mas a legislação das assembleias coloniais e o funcionamento dos tribunais locais constituíram inovações substanciais que, em princípio, também tinham valor nos tribunais da metrópole. Assim, a lei da escravidão exigiu que a herança da condição de escravo seguisse a condição da mãe, e não a do pai, que geralmente prevalecia na lei inglesa. Da mesma forma, o negro na América do Norte era considerado em geral escravo, e não livre, como era o caso dos europeus. A proibição do casamento interracial na Virgínia repetiu-se nas leis de Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e, de forma talvez menos previsível, em Massachusetts.⁹⁷ Embora houvesse menos escravos em Nova York e em Rhode Island, a instituição da escravidão também era legal ali, e a condição das pessoas livres de cor tornou-se cada vez mais precária.

Ira Berlin chamou a atenção para uma camada de "crioulos atlânticos", encontrados dos dois lados do oceano e em todo o Caribe no século XVII: mercadores, marinheiros e intérpretes africanos e mulatos, e nas Américas pessoas livres de cor que haviam conseguido estabelecer-se com algum tipo de comércio ou adquirir um pedaço de terra.⁹⁸ Na Virgínia, como em Nova York, as pessoas livres de cor vinham aumentando em número e em importância social até a década de 1670. Mas o crescimento do sistema escravista condenou estas pequenas comunidades a uma existência cada vez mais limitada e difícil. As pessoas livres de cor desejavam, naturalmente, participar dos mercados locais, mas a medida que a população escrava cresceu, também aumentaram as tentativas de suprimir o pequeno comércio feito pelos escravos.

Os governos de Londres constituídos depois de 1689 reafirmaram gradualmente os direitos da metrópole, e o Parlamento preocupou-se em estabelecer sua preeminência dentro do Império. Mas num aspecto importante as novas autoridades britânicas preferiam submeter-se aos representantes dos donos de *plantations*: na suspensão dos privilégios monopolísticos da Real Companhia Africana, entidade contrainada por sua ligação com os Stuart. As autoridades metropolitanas queriam facilitar o

fornecimento de escravos às colônias, tanto para aumentar a riqueza das *plantations* como para estimular a lealdade dos colonos. Os donos de *plantations* haviam demonstrado tendências independentes em 1688-89, e parecia aconselhável atrair seu apoio para a nova ordem. Nos meses imediatamente seguintes à queda de Jaime II, o comércio africano foi aberto a comerciantes independentes.

A própria companhia só sobreviveu à crise de 1688-89 porque manteve importantes instalações na costa africana e ainda representava interesses influentes associados à City de Londres. Os mantenedores da Companhia tentaram usar seu papel de guardiões dos fortes ingleses nas costas africanas para recuperar sua posição. Em vez disso, em 1699 o Parlamento determinou que os comerciantes independentes deveriam pagar um imposto de 10 por cento sobre suas exportações da Grã-Bretanha, e um valor variável por escravo comprado, como contribuição para a manutenção dos fortes da Companhia. Depois houve uma luta, com investidores e fornecedores da Companhia de um lado e uma aliança crescente de manufatureiros, mercadores e donos de *plantations* independentes do outro. A controvérsia gerou uma batalha acirrada de panfletos, jornais e petições parlamentares — mais de cem petições contra a política da Companhia foram apresentadas ao Parlamento, contra menos de vinte a seu favor. A maioria dos manufatureiros e donos de *plantations* achavam que conseguiriam melhores condições com os comerciantes independentes do que com um monopólio oficial. Até 1712, os vários comerciantes ainda foram obrigados a pagar uma comissão para a manutenção dos fortes da Companhia.

No fim, venceu a facção mercantil mais expansiva, com seu apelo por um comércio mais livre no sistema colonial. A Companhia foi compensada pela perda do privilégio com um contrato com a recém-formada Companhia dos Mares do Sul, para fornecer-lhe os escravos necessários para cumprir o *asiento*. Os termos do *asiento* foram redigidos de forma a maximizar a oportunidade de usá-lo como cobertura para o contrabando com as colônias espanholas; nisto o *asiento* assemelhava-se ao Tratado de Methuen com Portugal, cujas determinações foram utilizadas para favorecer o comércio semiclandestino com o Brasil e para garantir que a maior parte do ouro brasileiro acabasse a bordo do paquete Lisboa-Londres. Em termos mais gerais, esta disputa ajudou a criar um padrão pelo qual grupos comerciais e coloniais trabalhavam abertamente para influenciar o Parlamento, conseguir comentários favoráveis da imprensa e estimular a opinião pública.⁹⁹

A realidade das estatísticas comerciais demonstrou a eficácia do novo sistema colonial. O desempenho das colônias de *plantation* refletiu tanto o novo padrão de

demanda de produtos coloniais quanto o desenvolvimento do comércio de entrepostos. As importações de açúcar e fumo americanos foram avaliadas em £687.000 anuais no porto de Londres nos anos de 1699-1701, chegando a 15 por cento do total importado pela capital.¹⁰⁰ A reexportação destes produtos gerou uma soma equivalente e colocou os mercados ingleses entre os principais fornecedores europeus de produtos das *plantations* na época. Se houvesse informações disponíveis sobre Bristol e outros portos secundários, o valor total das importações e reexportações pela Inglaterra de produtos coloniais poderia crescer mais um quinto ou um quarto.

Barbados ainda era a mais rica das colônias de *plantation*. Embora tivesse pouco mais da metade da população total da Virgínia em 1699-1701, suas exportações eram quase 50 por cento maiores. Em 1665-66, as exportações da ilha totalizaram £259.600, caindo para £163.000 nos anos conturbados de 1688 e 1690-91, mas subiram para £423.500 em 1699-1701, das quais £289.900 eram de açúcar mascavo, £86.100 de rum e £36.600 de melado.¹⁰¹

O comércio com as colônias quebrou o padrão anterior, no qual a Inglaterra só tinha uma manufatura de exportação: tecidos de lã. As colônias importavam pregos, painéis, fivelas, ferramentas e utensílios de todo tipo, além de vários produtos têxteis. Os Atos de Navegação não só canalizaram os produtos das *plantations* para a metrópole mas garantiram a transformação das colônias em grandes consumidoras de mercadorias inglesas. Eles possibilitaram um padrão de comércio multilateral entre a Inglaterra, a África, a zona de *plantation* e as colônias americanas mais ao norte. A Nova Inglaterra e a Pensilvânia tinham poucos produtos para exportar para a Inglaterra; isso poderia fazer delas um mercado pobre para o exportador inglês. Mas o sistema colonial permitiu-lhes conseguir um excedente com a venda de provisões para as *plantations* e a construção de navios para o comércio atlântico; com este excedente puderam comprar, e compraram, produtos manufaturados ingleses. Em 1701, as mercadorias embarcadas pelos exportadores ingleses para as colônias americanas e a África corresponderam a £542.000, o que representava cerca de um oitavo do total de exportações domésticas. A relação especial com Portugal, consolidada em 1703 com o Tratado de Methuen, também proporcionou um importante mercado comprador para os manufatureiros e exportadores britânicos: o valor das exportações para Portugal e Brasil logo chegou a cerca de £600.000 por ano, ou pouco mais de um oitavo do total, enquanto o açúcar e o ouro brasileiros davam grande contribuição para o poder de compra português. Assim, o comércio atlântico relacionado

a escravidão respondia por pelo menos um quinto das exportações inglesas, uma proporção que iria aumentar.¹⁰²

O Ato de Provação da Commonwealth para a Irlanda iniciou uma nova fase do domínio inglês naquela região, que foi plenamente ratificada pela Restauração. A ascensão protestante fora questionada no reinado do católico Jaime II, mas as dúvidas foram afastadas pela vitória de Guilherme III na Batalha do Boyne (1690). Quando os últimos soldados irlandeses de Jaime renderam-se no ano seguinte, foi acertado que os que desejassem poderiam partir para servir no Exército francês. Os proprietários de terra protestantes da Inglaterra passaram a controlar mais de nove décimos da terra irlandesa, e tinham o poder de impor taxas de arrendamento onerosas aos fazendeiros irlandeses católicos, que foram obrigados a entregar dois terços de sua produção líquida como forma de aluguel. A demanda de provisões por parte das colônias de *plantation* representou um mercado providencial para a produção irlandesa, que de outra forma apenas faria baixar os preços dos agricultores ingleses. E, ao venderem seus vinhos para as *plantations*, os produtores irlandeses aumentaram a capacidade da Irlanda de importar da Inglaterra. O linho irlandês também podia ser exportado para as colônias, mas as exportações de lá foram proibidas, já que competiam com o principal comércio da Inglaterra. No entanto, as colônias não podiam enviar seus produtos diretamente para a Irlanda, e os católicos foram excluídos da condução do comércio ultramarino irlandês, assim como de várias outras atividades lucrativas. John Cary, importante mercador de Bristol, explicou o que considerava a lógica do comércio colonial:

Considero a Inglaterra e todas as suas plantações como um grande Organismo, e com os muitos membros ou comarcas a ela pertencentes, portanto, quando consumimos sua produção, fazemo-lo como se usássemos os Frutos de nossa própria Terra, e, portanto, o que vendemos a nossos Vizinhos em troca de Metais preciosos, ou de mercadorias que possam ser usadas como paga, traz um segundo Lucro para a Nação. (...) Este foi o primeiro objetivo de cultivar Plantações no ultramar, que o Povo da Inglaterra possa melhor manter um Comércio e um Negócio entre si, do qual o principal Lucro vai assim retornar ao centro.¹⁰³

Em 1696, quando Gregory King calculou que as exportações correspondiam a um terço dos produtos manufaturados ingleses a cada ano ele exagerou, mas o destino do comércio atlântico e colonial era, na verdade, de grande interesse para parte das classes comerciais e industriais. A exportação de lá continuou a ser um dos princi-

pais ramos do comércio, o trigo e a farinha tornaram-se outro, e as colônias eram consumidoras de ambos. Assim, uma parcela expressiva de proprietários e arrendatários ingleses teve seu papel na promoção do comércio externo. A classe dominante inglesa da época estava cercada por intensas batalhas partidárias, com torres e whigs brigando a respeito da forma exata da organização pós-Revolução. Mas assim como nenhum dos dois grupos questionou seriamente a sucessão protestante, também ninguém pôs em dúvida a importância dos objetivos comerciais. Por razões políticas e "antidinásticas", a Inglaterra ficou contra a França dos Bourbon e a Espanha, e aliou-se às Províncias Unidas e a Portugal. Os interesses comerciais da Inglaterra exigiam que seus aliados pagassem um preço tão alto quanto seus inimigos pelas guerras do rei Guilherme e da rainha Ana. Embora as alianças fossem complexas, a ligação com os holandeses e o Tratado de Methuen com Portugal, promovidos pelos whigs, protegeram o comércio mais tradicional, enquanto a estratégia torry da "água azul" — levar a guerra ao Mediterrâneo e ao Atlântico —, embora arriscada, acabou favorecendo os interesses coloniais e comerciais mais recentes. Na negociação do Tratado de Utrecht de 1713, os torries conseguiram o *asiento* para fornecer escravos para a América espanhola passasse para a Inglaterra.¹⁰⁴

A explosão do comércio colonial fora possibilitada por um crescimento anterior das importações de escravos pelas ilhas inglesas: chegaram a um total aproximado de 263.000 indivíduos entre 1640 e 1700, dos quais cerca de metade foi para Barbados. Pouco mais de 20.000 escravos haviam sido importados no período de 1640 a 1650, e pouco menos de 70.000 entre 1650 e 1676. No último quarto de século, 173.800 escravos foram levados para as colônias inglesas, dos quais 64.700 foram para Barbados, 77.100 para a Jamaica e 32.000 para as ilhas Leeward. Por volta de 1700, a população total de escravos nas ilhas inglesas chegava a 100.000, com 40.000 em Barbados e outros 40.000 na Jamaica, e 20.000 nas ilhas Leeward. A população branca de Barbados caía para 15.000 pessoas na época, mas ainda era tão grande quanto a da Jamaica e a das ilhas Leeward somadas, que tinham cerca de 7.000 colonos brancos cada uma. Em 1650, as colônias da América do Norte tinham uma população de 53.000 brancos e 2.000 negros; em 1700, a população branca era de 265.000 pessoas e a negra, quase toda de escravos, chegava a 31.000. A população negra das Índias Ocidentais inglesas cresceu de 42 por cento do total em 1660 para 81 por cento em 1700; na Virgínia e em Maryland, a proporção de negros subiu de 2% da população em 1660 para 13,1% em 1700.¹⁰⁵

O estabelecimento das colônias no Caribe, onde mais de quatro- quintos da população era escrava, foi um fenômeno notável; na América do Norte, a proporção da população escrava subiu mais tarde para um terço ou mais nas *plantations* do sul.

Nota: A população portuguesa de colônias inglesas significou um crescimento de 10% em 1620. No documento de 1620, a população portuguesa de colônias inglesas significou um crescimento de 10% em 1620.

mas nunca atingiu o nível do Caribe. As colônias inglesas de *plantations* registraram uma concentração maior de escravos e uma proporção de escravos de pele escura como jamais fora visto em colônias europeias. As próprias *plantations* eram agora unidades integradas, que combinavam o cultivo e o processamento, operadas por uma mão-de-obra servil quase totalmente composta de cativos africanos e seus descendentes. Embora poucas propriedades deste tipo pudessem ser encontradas no Caribe espanhol ou no Brasil durante o século XVI, a *plantation* escravista de estilo inglês, que começou a surgir em Barbados e Saint Kitts na década de 1650, logo espalhou-se daquelas ilhas para a Jamaica, a Carolina do Sul e para partes da Virgínia e de Maryland. Ao contrário das *plantations* brasileiras, não podia apelar para a mão-de-obra das aldeias indígenas, e começava a empregar ainda menos trabalhadores livres; em compensação, incorporava um modelo de mobilização mais intensa de mão-de-obra. Finalmente, a monarquia e o Parlamento britânicos haviam conferido respeitabilidade e legitimidade à instituição da escravidão colonial, ao sancionarem o comércio de escravos e fornecerem aos proprietários coloniais a proteção legal e um código escravista.

Assim, o desenvolvimento colonial inglês aplacou a sede do consumidor burguês e pequeno-burguês. Cinquenta mil africanos labutavam sob o sol causticante do Caribe para produzir vinte mil toneladas de açúcar por ano para a mesa dos ingleses. Mais de cem embarcações, que exigiram para sua construção a derrubada de 2.500 árvores, e cada uma delas capaz de lançar de seus canhões meia tonelada de metal quente a um quarto de milha de distância com intervalo de poucos minutos, patrulhavam os mares para garantir a segurança dos mercados ingleses. O grande mercado interno para todo tipo de produto das *plantations* fortaleceu os mercadores e ajudou-os a ditar a política do estado. A marinha inglesa derrotou os holandeses, os franceses e os espanhóis em três guerras com cada, um deles, conquistando um espaço valioso para seu novo sistema colonial sem levar nenhum golpe mais forte. Havia, é claro, outras coisas em jogo, mas o apetite civilizado do consumidor sobressaía entre elas.

Em *The Rape of the Lock**, Alexander Pope demonstrou como a sala de visitas exigia agora recursos globais para satisfazer seus desejos e vontades. Observou que o café era a bebida por excelência dos que se preocupavam com cálculos, e o chocolate, a da sociedade bem-educada; em ambos os casos, adicionava-se açúcar.

* Publicado como *A violação da modestia* em Alexander Pope, *Pomes*, tradução de Paulo Vinícius, Ed. Nova Alexandria, 1994. (N. do T.)

O hábito de fumar tabaco, usar açúcar e beber café, chá e chocolate adotados disseminou-se, descendo a escala social com o progresso da urbanização, o crescimento das classes profissionais e religiosas e com o aumento da importância da mão-de-obra assalariada tanto nas cidades como no campo. Servir chá ou café com açúcar tornou-se um ritual doméstico social e respeitável. Os novos luxos, cada vez mais populares, serviram de isca no anzol da maior dependência de estípidos, emolumentos, juros e salários. O consumo *per capita* de açúcar na Inglaterra cresceu de 2 libras na década de 1660 para 4 libras na década de 1690, e atingiu 8 libras no período entre 1710 e 1719. Carole Shammas ressalta que a importação contínua de cerca de 4 libras de açúcar *per capita* eram suficientes para abastecer quase 900.000 pessoas, ou um quarto da população adulta, cerca de meia libra de açúcar por semana, o bastante para adoçar regularmente seus alimentos e bebidas.¹⁰⁶

Os frequentadores de cafés foram responsáveis pela manutenção dos primeiros jornais, em parte financiados por anunciantes, e pelo crescimento da política oposicionista no reinado dos últimos Stuart. Os financistas eram fregueses dos cafés, e os radicais políticos também. Durante a Crise da Exclusão em 1679-81, vários cafés de Bristol foram fechados. Um historiador da cultura popular de Bristol observa: "As notícias nos cafés não eram absorvidas em particular, e sim discutidas em público, e, na verdade, o estilo críptico e frequentemente alusivo das reportagens exigia este tipo de interpretação pública."¹⁰⁷ Mas depois da Revolução Gloriosa, uma parte desta cultura oposicionista passou a ser o poder estabelecido. A importância dos produtos exóticos na nova ordem das coisas é bem simbolizada pelo fato de que as instituições recém-estabelecidas da City londrina — o Banco da Inglaterra, a Bolsa de Valores, a Lloyd's Underwriters, os vários bancos mercantis — foram fundadas nas discussões dos cafés. O café era a bebida por excelência da racionalidade burguesa.¹⁰⁸ O único ponto negativo que podia ser percebido no novo padrão de consumo, comércio imperial e finanças da metrópole era um certo retardamento no ritmo do avanço agrícola, como se os empreendimentos marítimos e coloniais estivessem extraindo recursos do desenvolvimento doméstico. Antes de analisar a contribuição colonial para a acumulação em geral e a acumulação britânica em particular, é necessário examinar a competição francesa — Capítulo VII — e os princípios gerais dos novos sistemas de *plantation* — Capítulo VIII.

Notas

1. Peter Fryer, *Saying Power*, pp. 4, 26-7; Kim Hall, *Things of Darkness*, pp. 23-4.
2. Theodore K. Rabb, *Enterprise and Empire: Merchant and Country Investment in the Expansion of England, 1575-1630*, Cambridge, MA 1967, pp. 68-9, 93-5, 121, 127-8; Andrews, *Trade, Plunder and Settlement*, pp. 280-303. Sobre os fatores demográficos que estimularam a incursão da aristocracia pela pirataria, ver Ralph Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, Londres 1973, p. 140.
3. Samuel Purchas, *Purchas His Pilgrimage*, 3ª ed., vol. 1, Londres 1617; sobre Angola e Brasil, pp. 869-76 e 1040-43; sobre a Virgínia, pp. 940-47.
4. R. F. Foster, *Modern Ireland 1600-1972*, Londres 1988, pp. 13, 70, 130.
5. Angus Calder, *Revolutionary Empire: The Rise of the English-Speaking Empire from the Fifteenth Century to the 1780s*, Londres 1981, p. 153; Anthony Pagden, *Lords of All the World*, p. 96. Pouco depois disso, Thomas Hobbes passou a ser um dos diretores da Companhia da Virgínia, e posteriormente compareceu a trinta e sete reuniões do conselho da empresa, inclusive a algumas relativas à sua filial das Ilhas Somers. Sua noção de "guerra de todos contra todos" e sua suposta sanção ao governo absoluto podem ter refletido tanto seus conhecimentos sobre a situação da Virgínia quanto sobre os conflitos da Guerra Civil inglesa que são normalmente mencionados neste contexto. O Leviafã das Escrituras era, naturalmente, um monstro do mar. Sobre Hobbes e a Companhia da Virgínia, ver Quentin Skinner, *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*, Cambridge 1996, pp. 222-4.
6. Andrews, *Trade, Plunder and Settlement*, p. 295.
7. Carl Bridenbaugh, *Settled and Troubled Englishmen, 1590-1642*, Nova York 1968, p. 197.
8. Jonathan Israel, *Dutch Primacy in World Trade*, p. 410.
9. D. C. Coleman, *The Economy of England, 1450-1750*, Oxford 1977, pp. 67-8.
10. Christopher Hill, *The Century of Revolution 1603-1714*, p. 41.
11. Karen O. Kupperman, *Providence Island 1630-1641: The Other Puritan Colony*, Cambridge 1993, pp. 166-80.
12. Robert Brenner, *Merchants and Revolution: Commercial Changes, Political Conflicts, and London's Overseas Traders, 1550-1653*, Princeton, NJ 1993, pp. 30-39.
13. Wesley Frank Craven, *White, Red and Black: The Seventeenth Century Virginians*, Charlottesville, VA 1971, p. 3. Abbot Emerson Smith, *Colonists in Bondage: White Servitude and Coerced Labor in America, 1607-1776*, Chapel Hill, NC 1947, pp. 307-37. Em anos posteriores, alguns servos contratados puderam exigir terra para si depois de cumprirem o contrato.
14. Cidado em "Blacks in Virginia: Evidence from the First Decade", em Alden T. Vaughan, *Roots of American Racism: Essays on the Colonial Experience*, Oxford 1995, pp. 128-35.
15. Estimativas tiradas de Jack Greene, *Pursuits of Happiness: The Social Development of Early Modern British Colonies and the Formation of American Culture*, Chapel Hill, NC 1988, pp. 7-8.

16. Richard Dunn, *Sugar and Slaves: The Rise of the Planter Class in the English West Indies, 1624-1773*, Londres 1975, pp. 3-45, 65; Henri Blet, *Histoire de la colonisation française*, I, Paris 1947, pp. 107-10; Ralph Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, Londres 1973, pp. 125-42.
17. Allan Kulikoff, *The Agrarian Origins of American Capitalism*, Charlottesville, VA 1992, pp. 183-208.
18. Esta é uma das principais conclusões de Jack Greene em *The Intellectual Construction of America: Exceptionalism and Identity from 1492-1800*, Chapel Hill, NC 1993.
19. Gary A. Puckrein, *Little England: Plantation Society and Anglo-Barbadian Politics, 1627-1700*, Nova York 1984, p. 31.
20. Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados 1627-1645*, Knoxville, TN 1989, pp. 103, 119, 121, 124.
21. Puckrein, *Little England*, p. 62.
22. Brenner, *Merchants and Revolution*, pp. 163-4, 174.
23. Richard Ligon, *A True and Exact History of Barbados*, Londres 1657, pp. 46, 86-98; Dunn, *Sugar and Slaves*, pp. 87, 203. Para um levantamento informativo do início do crescimento da produção de açúcar em Barbados e em outras ilhas do Caribe, ver Robert Carlyle Barte, "Why Sugar? Economic Cycles and the Changing of Staples on the English and French Antilles, 1624-54", *Journal of Caribbean History*, n° 8, 1976, pp. 1-41.
24. A natureza e o significado dos novos mercados são explicados de forma brilhante por Robert Brenner, *Merchants and Revolution*, pp. 92-197; e David Harris Sachs, *The Wakening Gale: Bristol and the Atlantic Economy, 1450-1700*, Berkeley, CA e Londres 1991, pp. 331-62.
25. Richard Pares, "Merchants and Planters", *Economic History Review*, supl. n° 4, Cambridge 1960, pp. 4-6; Robert Brenner, "The Social Basis of English Commercial Expansion", *Journal of Economic History*, vol. 32, 1972, pp. 361-84; Ralph Davis, *The Rise of the English Shipping Industry in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Newton Abbot 1962, pp. 159-74, 267-97.
26. Jordan Goodman, *Tobacco in History*, pp. 60-61; Shammass, *The Preindustrial Consumer in England and America*, p. 79.
27. Mathias de l'Obel citado por Jordan Goodman, *Tobacco in History*, p. 47. Sobre a disseminação do fumo, ver Shammass, *The Preindustrial Consumer*, pp. 78-81.
28. Deetz, *A History of Sugar*, II, p. 528. Ver também Fernand Braudel, *Capitalism and Material Life*, Londres 1976, pp. 178-81; Sidney Mintz, *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*, Londres 1985; Shammass, *The Preindustrial Consumer*, pp. 81-3.
29. Hilary Beckles, *A History of Barbados*, Cambridge 1990, p. 18; Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, p. 31.

30. Winthrop Jordan, *White Over Black: American Attitudes Toward the Negro, 1550-1812*, Chapel Hill, NC 1968, p. 65.
31. Sir Edward Coke, *The First Part of the Institutes of the Laws of England*, quarta edição, Londres 1739, Livro II, Cap. XI, p. 116. A invocação que Coke faz do *ius gentium* ilustra o argumento de Perry Anderson sobre a importância da Lei Romana para o surgimento dos primórdios do capitalismo moderno. Ver Anderson, *Lineages*, p. 422.
32. R. Wilkinson, *Lot's Wife: A Sermon Preached in Paul's Cross, Londres 1607*, citado em Vaughan, *Roots of American Racism*, pp. 6, 255.
33. Ronald Sanders, *Last Tribes and Promised Lands: The Origins of American Racism*, Boston, MA 1978, p. 287.
34. Ver também Jack Greene, *The Intellectual Construction of America*, Chapel Hill, NC 1993, p. 61, e Sanders, *Last Tribes and Promised Lands*.
35. Citado em Sanders, *Last Tribes and Promised Lands*, p. 332.
36. Elizabeth Donnan, *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade*, Washington, DC 1932, p. 8.
37. *Ibid.*, p. 4.
38. *Ibid.*, p. 8.
39. Gerald F. De Jong, *The Dutch in America*, Boston, MA 1975, pp. 14-25.
40. Sanders, *Last Tribes and Promised Lands*, p. 358.
41. Ver T. H. Breen e Stephen Innes, *Myths Come Ground: Race and Freedom on Virginia's Eastern Shore, 1640-1676*, Nova York 1980.
42. James Perry, *The Formation of a Society on Virginia's Eastern Shore, 1615-1655*, Chapel Hill, NC 1990, pp. 106-8.
43. Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, p. 85; ver também pp. 79-114.
44. *Ibid.*, p. 103; Beckles, *A History of Barbados*, p. 37.
45. Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, p. 75.
46. David Galenson, *White Servitude in Colonial America: An Economic Analysis*, Cambridge 1981, p. 25.
47. Robert Brenner, *Merchants and Revolution*, pp. 316-92, 494-557.
48. Puckrein, *Little England*, p. 118. Meu relato dos acontecimentos em Barbados segue em boa parte esta obra, mas ver também Vincent Harlow, *A History of Barbados*, Oxford 1926, especialmente pp. 10-20, 65; e Frederick Spurdle, *Early West Indian Governments*, Palmerston North (NZ) s/d, pp. 12-20.
49. Bernard Capp, *Cromwell's Navy: The Fleet and the English Revolution, 1648-1660*, Oxford 1989, pp. 136, 262-73.
50. Ver, por exemplo, a invocação repetida da escravidão como anttese da aspiração dos ingleses, em Hill, *The Century of Revolution*, pp. 105, 106, 108; ver também Christopher Hill, *Liberty Against the Law*, Londres 1996.

51. Sir Thomas Browne, *Pseudodoxia Epidemica, Enquiries into Common or Vulgar Errors* (Londres 1646), Volume 1, capítulo XI, Robin Robbins, ed., Oxford 1981, pp. 518-23. Ver também Joan Bennett, *Sir Thomas Browne*, Cambridge 1962, pp. 182-4. Kim Hall chama corretamente a atenção para a observação de Browne de que os europeus do sul, embora morenos, "não merecem nome tão baixo como pardos", e os habitantes da "zona tórrida" "não desceram tão baixo de serem pretos". No entanto, Hall talvez não faça suficiente distinção entre George Best, com sua noção fóbica da "infecção" da cor preta e da maldição de Noé, e Browne, que, embora considerasse a pele branca como norma, questiona a relação entre pecado hereditário e cor da pele. Ver Hall, *Things of Darkness*, pp. 11-12.
52. Fryer, *Slaying Power*, p. 27.
53. *Calendar of State Papers, Colonial Series, 1574-1660* (Londres 1860), pp. 324, 343, citado em Peter Wilson Coldham, *Emigrants in Chains, 1609-1776*, Baltimore, MD 1992, p. 48.
54. Brownlow, *Lectures on Slavery and Serfdom*, pp. 23, 40. Sem dúvida, se fosse possível transformar jovens irlandeses em "ingleses", eles se tornariam arrendatários ou leais auxiliares da expansão imperial. Cada vez mais africanos eram adquiridos para o trabalho braçal no Caribe; embora pudessem ser descritos como "negros ingleses", isso não significava que eles ou seus descendentes pudessem algum dia tornar-se "ingleses". No entanto, no limite, quando a política comercial exigiu, foi oferecido algum reconhecimento a um grupo de negros e muitos espanhóis que combateram a invasão inglesa nos distritos distantes e montanhosos da Jamaica. Uma proclamação do governador em 1663 dizia: "Que Juan Luyola e o restante dos negros de sua aldeia, em troca de sua submissão e seus serviços aos ingleses, recebam concessões de terra e gozem de todos os privilégios dos ingleses, mas terão de criar seus filhos na língua inglesa. (...) Que Luyola seja coronel do regimento negro da milícia, e que ele e outros sejam nomeados magistrados dentre os negros para decidir sobre todos os casos, exceto os de vida e morte." Citado em Michael Craton, *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies*, Londres 1982, p. 71. Os ingleses estavam aqui imitando diretamente a tática espanhola numa situação em que havia grande vantagem na transformação de inimigos perigosos em aliados valiosos. Embora tenha havido acordos intermitentes entre as autoridades coloniais e um ou outro grupo de *maroons*, só em 1739 conseguiu-se um tratado duradouro.
55. Godfrey Davies, *The Restoration of Charles II, 1658-1660*, Londres 1955, pp. 66-7; Hilary Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, pp. 52-4.
56. Citado em Brenner, *Merchants and Revolution*, p. 593.
57. Stephen Saunders Webb, *1676: The End of American Independence*, Nova York 1984, p. 104.
58. Introdução do editor em Wälder Minchinon, ed., *The Growth of English Overseas Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, p. 10; Ralph Davis, *English Overseas*

- Trade, 1500-1700*, Londres 1973, pp. 55-6. Ver também J. E. Farnell, "The Navigation Act of 1651, the First Dutch War and the London Merchant Community", *Economic History Review*, 2ª série, XIV, 1964, pp. 439-54.
59. Jeremy Taylor, *Doctor Dubitantium*, Londres 1676, pp. 167-8, 184, citado em Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 111-12.
60. As ideias de Hobbes asseveravam o direito do proprietário de escravos com a justificação de que o escravo acciava implicitamente o cativeiro ao não cometer suicídio. Mas o *Leviathan* também menciona a necessidade de um exame questionador da Bíblia. Na verdade, esta obra era tão controversa que até as conclusões favoráveis à escravidão não ofereceram à escravidão colonial o tipo de legitimidade prática de que precisava. Neste ponto, as obras de Selden, Taylor e Vaughan foram muito mais importantes.
61. A legislação acima, que marca o divisor de águas da década de 1660, é detalhada e discutida em John Hope Franklin, *From Slavery to Freedom: A History of American Negroes*, Nova York 1950, pp. 65, 71; Edmund S. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, Nova York 1975, pp. 300-01, 312, 333; Helen Catterall, *Judicial Cases Concerning American Slavery and the Negro*, Washington, DC 1926, pp. 6, 9; Beckles, *A History of Barbados*, p. 33; Dunn, *Sugar and Slaves*, p. 246.
62. Helen Catterall, *Judicial Cases Concerning American Slavery and the Negro*, p. 57.
63. *Ibid.*, p. 61.
64. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, p. 312.
65. Esta observação é citada por David Galenson num ensaio que apresenta ainda mais razões para acreditar que as novas leis que confirmaram a propriedade de escravos ajudaram a abrir o caminho para a expansão da escravidão nessas colônias; ver David Galenson, "Economic Aspects of the Growth of Slavery in the Seventeenth Century Chesapeake", em Solow, *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, pp. 263-93 (p. 274).
66. Dunn, *Sugar and Slaves*, pp. 87, 202.
67. *Ibid.*, pp. 155, 203, 312.
68. *Ibid.*, pp. 170-71; a tendência de treinar escravos para substituir trabalhadores livres e servos contratados é discutida em David Galenson, *White Servitude in Colonial America*, Cambridge 1981, pp. 134-41.
69. Puckrein, *Little England*, p. 155. Dunn, que escreveu na mesma época, fala da "riqueza consolidada" dos 175 proprietários mais ricos; os sete coronéis da milícia saíram deste grupo. Dunn, *Sugar and Slaves*, p. 170. Enquanto Dunn destaca os indícios de mortalidade mais alta entre os colonos brancos, Puckrein ressalta que, em termos relativos, Barbados era provavelmente mais salubre por causa da ausência de pântanos e lagos onde pudessem se estabelecer os vetores de doenças (pp. 181-94).
70. K. G. Davies, *The Royal African Company*, Nova York 1970, pp. 41-4, 63-5.
71. *Ibid.*, pp. 62, 74, 319, 345-6. Galenson afirma que, ao contrário do que acreditava Adam Smith, a Companhia nunca teve um monopólio impermeável e que, apesar de

- alguns negócios privilegiados, seu desempenho geral tinha semelhança impressionante com o moderno mundo dos negócios. Galenson, *Traders, Planters and Slaves*.
72. Citado em Webb, 1676: *The End of American Independence*, pp. 5, 16.
73. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, pp. 260-70.
74. *Ibid.*, p. 331. Ver também T. H. Breen, "A Changing Labor Force and Race Relations in Virginia, 1660-1710", *Journal of Social History*, vol. 7, 1973, pp. 3-25.
75. Citado em Donald Wright, *African Americans in the Colonial Era: From African Origins through the American Revolution*, Arlington Heights, IL 1990, p. 63.
76. James Lang, *Conquest and Commerce: Spain and England in the Americas*, Nova York 1975, pp. 105-27; Craven, *White, Red and Black*, p. 83; Paul E. Lovejoy, "The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis", *Journal of African History*, n.º 23, 1982, pp. 473-501 (p. 478).
77. Morgan Godwyn, *The Negro's and Indians Advocate*, Londres 1680, pp. 39-40, 41, 82-4. Para um ensaio informativo sobre Godwyn, ver Vaughan, *Roots of American Racism*, pp. 55-81.
78. Godwyn, *Negro's and Indians Advocate*, p. 13. Richard Baxter ressaltou pontos semelhantes em *A Christian Dictionary* (1673) e Thomas Tryon em seu *Advice to a Planter*. Mas a natureza isolada dessas defesas é demonstrada por Lester B. Scherer, *Slavery and the Churches in Early America, 1619-1819*, Grand Rapids, MI 1975, p. 59.
79. Godwyn, *Negro's and Indians Advocate*, p. 19.
80. *Ibid.*, p. 147.
81. Para uma discussão esclarecedora da obra de Behn, ver Moira Ferguson, *Subject to Others: British Women Writers and Colonial Slavery*, Nova York 1992.
82. Essas mudanças são analisadas por David Watts, *The West Indies: Patterns of Development, Culture and Environmental Change since 1492*, Cambridge 1987, pp. 212-32, 319-447.
83. Ian K. Steele, *Politics of Colonial Policy: The Board of Trade in Administration, 1696-1720*, Oxford 1968, pp. 42-68.
84. John Brewer, *The Sinews of Power: War, Money and the English State, 1688-1783*, Cambridge, MA 1988, pp. 21-4, 66; Brenner, *Merchants and Revolution*, pp. 713-16; Dunn, *Sugar and Slaves*, pp. 102-3; Lang, *Conquest and Commerce*, pp. 159-71.
85. David Lovejoy, *The Glorious Revolution in America*, Nova York 1972, pp. 225 e seg. Ver também Ian Steele, *The English Atlantic, 1675-1740*, Oxford 1976, pp. 94-110.
86. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, pp. 338-62.
87. John Locke, *Two Treatises of Government: A Critical Edition*, editado por Peter Laslett, Cambridge 1960, p. 159.
88. *Ibid.*, p. 55.
89. "Draft of a Representation Containing a Scheme of Methods for the Employment of the Poor. Proposed by Mr. Locke, the 26th October 1697", em John Locke, *Political Writings*, David Wootton, ed., Londres 1993, pp. 446-61 (pp. 449, 452). A sugestão do editor de que o esboço representa uma opinião coletiva e não individual é desmentida